

2º CICLO

MESTRADO EM ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO SECUNDÁRIO

A necessidade da ética de Aristóteles nas aprendizagens essenciais

Natacha Nair Alves do Carmo

2023



Natacha Nair Alves do Carmo

A necessidade da ética de Aristóteles nas aprendizagens essenciais

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Filosofia no ensino secundário, orientada pela Professora Doutora Maria João Couto.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

Agradecimentos

Antes de mais, quero agradecer ao meu pai e à minha mãe pelo apoio incondicional ao longo destes anos, pelo amor e carinho que me deram, e pela força enorme que nunca me fez desistir.

Quero agradecer ao meu orientador de estágio, professor Nuno Pereira, e aos meus colegas, Ladislau Paulo e Joaquim Pedro, que tornaram esta experiência única e que sempre recordarei com grato.

Hélder... Obrigada pela paciência, e desculpa as dores de cabeça que te dei ao longo do tempo. Ser estudante não é fácil.

Obrigada professora Maria João, por sempre acreditar em mim e por me ter ensinado que na vida só se conquistam sonhos a partir de trabalho árduo e que mesmo que o caminho seja difícil, não podemos parar de caminhar em frente.

Um muito obrigada a todos!

Índice

Declaração de honra	5
Resumo	6
Abstract	7
Introdução	8
Capítulo 1	11
O que é a filosofia?	12
Filosofia e cidadania	20
Capítulo 2	23
A teoria deontológica de Emmanuel Kant	23
A teoria ética consequencialista de John Stuart Mill	32
A ética das Virtudes de Aristóteles	38
Capítulo 3	42
Como introduzir a teoria ética Aristotélico no ensino secundário?	44
O bem, o fim e a felicidade	50
O conceito de Virtude e as virtudes éticas	52
O Carácter e o Justo - meio	55
A prudência	58
Críticas à ética aristotélica	60
Conclusão:	63
Capítulo 4	64
Uma possibilidade prática (grelha de planificação – anexo VIII)	64
• Fundamentação científica	64
• Fundamentação didático-pedagógica	68
Anexos:	72
Bibliografia:	81

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório final de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

[Porto, 16/09/2023]

[Natacha Nair Alves do Carmo]

Resumo

Este relatório teve origem numa análise às aprendizagens essenciais, esta análise surgiu no âmbito do estágio curricular, que teve lugar na Escola Secundário Almeida Garrett, em Vila Nova de Gaia. Trata-se de uma possibilidade de uma possível adição às aprendizagens essenciais de 10ºano de filosofia, referente ao módulo de ética.

Propõe-se acrescentar ao módulo de ética do 10ºano a ética Aristotélica das virtudes. Neste sentido, faz-se o levantamento da importância da filosofia no ensino secundário e da importância do acréscimo das éticas das virtudes ao plano curricular do 11ºano de escolaridade na disciplina de filosofia.

O relatório tem quatro capítulos sendo que o primeiro foca o que é, e qual a importância da filosofia no âmbito escolar e social. O segundo capítulo foca a ética, mais precisamente, a ética deontológica, a ética consequencialista e a ética das virtudes. O 3º capítulo faz referência à possível matéria a ser dada no ensino secundário referente à ética Aristotélica e por último o quarto capítulo faz referência a uma proposta de aula sobre a ética das virtudes de Aristóteles.

Palavras-chave: Cidadania, Filosofia, Ética, Virtudes

Abstract

This report originated from an analysis of essential learning, this analysis emerged as part of the curricular internship, which took place at Escola Secundário Almeida Garrett, in Vila Nova de Gaia. This is a possibility of a possible addition to the essential learning of 10th year philosophy, referring to the ethics module.

It is proposed to add Aristotelian virtue ethics to the 10th year ethics module. In this sense, the importance of philosophy in secondary education and the importance of adding virtue ethics to the 10th year curriculum plan in the discipline of philosophy are surveyed.

The report has four chapters, the first of which focuses on what philosophy is and how important it is in the school and social sphere. The second chapter focuses on ethics, more precisely, deontological ethics, consequentialist ethics and virtur ethics. The 3rd chapter makes reference to the possible subject to be taught in secondary education regarding Aristotelian ethics and finally the fourth chapter makes reference to a proposed class on Aristotle's virtue ethics.

Key-words: Citizenship, Philosophy, Ethics, Virtues

Introdução

Foi há precisamente 335 a.C. que Aristóteles expôs o seu pensamento sobre a ética na sua celebre obra, “Ética a Nicómaco” (2020). Sendo que, foi o primeiro filósofo a entender a ética como uma área individual da filosofia, independente da política, da antropologia, etc. Na sua obra, o filósofo, destacou o que é uma virtude (conceito base do seu pensamento ético), citando o autor: «o conceito de virtude refere-se, por conseguinte, a qualidades ou propriedades do sujeito relativas ao agir, por oposição a qualidades, por assim dizer, estáticas como, por exemplo, a cor, a dimensão, o aspeto, etc., e consideradas boas. Uma virtude é uma capacidade performativa, a capacidade de executar determinados atos de maneira excelente. [...] As virtudes propriamente humanas são as da alma.»¹

Assim, a partir da sua definição, destacou que a virtude pode ser adquirida através do hábito, ou seja, através da educação. A educação deve compreender todas as áreas do saber, e deve focar-se no desenvolvimento da moral e da ética, tal como também o desenvolvimento cívico.

A educação e a virtude ética concedem honra ao individuo, pois, a educação, os bons hábitos são o suporte dos nossos afazeres diários. Para Aristóteles, tal como citei, a educação é o caminho para a vida em sociedade, através do hábito, o individuo aprende e se desenvolve eticamente.

Cultivar o carácter dos alunos depende da educação, depende do hábito. Tentar alcançar uma virtude significa encontrar um "justo-meio" em todas as atitudes humanas. Sendo assim, concluímos que a felicidade, ou seja, a eudaimonia, para Aristóteles encontra-se no justo-meio, ou seja, é o meio entre vícios, sejam eles por falta ou por excesso.

Partindo da premissa de que no módulo de ética das aprendizagens do 10ºano de filosofia, não só, devem ser explorados a ética deontológica e a ética consequencialista, como também, deve ser analisada e explorada, pelos alunos de 10ºano, a ética das virtudes de Aristóteles. Porquê? Esse é o tema desta dissertação. Como é que a perspectiva ética Aristotélica pode ajudar os alunos a refletir sobre a ética e como é que

¹ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.-154-155

os conceitos: virtude, hábito, justo-meio, e prudência, permitirão aos estudantes identificar certos comportamentos e a analisar problemas filosóficos com mais minuciosidade.

O hábito forma o caráter de uma pessoa. Sendo que, o caráter de um indivíduo manifesta-se na sua educação.

Portanto, para há uma relação entre a moral e o comportamento humano, sendo que estes conceitos servem para consolidar a educação holística dos indivíduos. Para o filósofo a educação, começa com a imitação, e esta imitação é projetada para levar os indivíduos a criar bons hábitos. Podemos projetar esta ideia para os alunos do secundário, alunos estes que estão a começar a desenvolver a sua personalidade. No processo que é a transmissão de conhecimento, entre professor e aluno, o professor deve exaltar o tema, que neste caso é a ética, problematizando-o, revelar de forma gradativa o tema por meio da conceptualização, e por fim, deixar os alunos refletir sobre o conteúdo, ajudando-os no desenvolvimento da argumentação. Este tipo de educação leva em conta as capacidades dos alunos, capacidades estas que compõem a natureza humana, com a finalidade de que o aluno possa alcançar o seu fim, que é a felicidade.

«Segundo Emerson (1994), a aprendizagem é o crescimento espontâneo em todas as suas extensões, e o que faz de um ser humano pleno um ser evoluído é o pensamento da mente, que interpreta a realidade em termos do que aprendeu ao longo da vida. O desenvolvimento da educação holística como uma virtude permite superar as expectativas sociais e quebrar as regras teóricas e superficiais de uma sociedade alienante. Portanto, as virtudes não surgem em nós nem da natureza nem contra a natureza; antes, devemos dizer que a natureza nos dota da capacidade de aceitá-las e essa capacidade aumenta com o hábito. Bom é o propósito do hábito. Todo hábito é projetado para alcançar algum benefício. Em todas as ações cotidianas, há influências, e os bons hábitos são usados ou não de acordo com o grau de instrução de cada pessoa.»²

Assim, a escola devem ter o objetivo de desenvolver a excelência intelectual dos alunos, tal como também, da excelência moral para prepará-los para os desafios que a vida lhes possa trazer.

A filosofia de Aristóteles salienta o potencial humano, por isso mesmo acho que é uma mais-valia a sua introdução nas aprendizagens essenciais do 10ºano. A educação e os sistemas educativos devem ter a responsabilidade de dar as condições essenciais

² Retirado de: <https://efdeportes.com/efd155/aristoteles-um-olhar-sobre-a-educacao.htm>

para o desenvolver ético e cívico. Tal como Platão sugeriu, «ser virtuoso não é simplesmente possuir conhecimento abstrato sobre a natureza da virtude. Em vez disso, trata-se de praticar consistentemente e incorporar hábitos virtuosos nas ações humanas cotidianas.»³ Assim, como portador de conhecimento, o professor deve transmitir aos seus alunos a importância de cultivar hábitos virtuosos paralelamente à aprendizagem teórica. Ao fazer isso, eles podem equipar os seus alunos com as ferramentas essenciais para enfrentar os desafios da sociedade moderna, enquanto incutem uma base de excelência moral e educacional.

Atrevo-me, com esta dissertação, a equacionar uma aula dedicada à ética das virtudes de Aristóteles, a uma turma do 10ºano de escolaridade de filosofia, sendo que executarei um plano de aula e o conteúdo devido a explorar na unidade de ética das aprendizagens essenciais do programa de 10ºano de filosofia.

³ Retirado de: <https://efdeportes.com/efd155/aristoteles-um-olhar-sobre-a-educacao.htm>

Capítulo 1

«O que é a filosofia?» «Qual a sua importância?», «O que se pretende com a disciplina de filosofia no secundário?», «Porque é que a disciplina de filosofia é imprescindível na escolaridade obrigatória em Portugal?» são com estas questões que inicio este relatório final de mestrado de ensino em filosofia, junto da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Normalmente a obrigatoriedade da disciplina de matemática ou português no currículo escolar, não se questiona. Em relação à disciplina de filosofia é diferente, ou seja, normalmente parece haver um questionamento sobre a pertinência que a filosofia traz para os estudantes na sua formação.

Alguns estudantes com que me deparei, no meu estágio, do mestrado de ensino de filosofia no ensino secundário, na escola Almeida Garrett, questionaram-me: “Para que é que serve a filosofia? A filosofia é vaga!», «Parece que a filosofia é algo abstrato!», etc.

Concluí que a filosofia, quase sempre, é vista como algo vago, abstrato e até difícil. O mais engraçado é que não são só alunos que me abordam com estas questões, mas também adultos, como professores de outras disciplinas e até conhecidos.

De acordo com a perspetiva e experiência em campo, do professor Sameiro, « A filosofia é uma coisa de “cultura geral”, é uma discussão vaga e sem rumo disto e daquilo e na qual se toma contacto, quando muito, com as opiniões e discurso de pensadores singulares que, de alguma maneira, foram influentes».⁴ O professor João Xavier também cita que «para uma maioria, a filosofia apresenta-se ainda como algo profundamente marcado pelo seu carácter demasiado abstracionista, extremamente exigente a vários níveis, mas simultaneamente carente de rigor e efetividade prática ou, o que consideramos ser a pior das hipóteses, como algo absolutamente indiferente.»⁵

A partir destas afirmações, feitas por professores e pensadores filosóficos, a filosofia é tratada como algo que é ininteligível e meramente opinativa. Mas afinal, para que serve a filosofia?

⁴ SAMEIRO, J., (2001), *Iniciação à atividade Filosófica, Renovar o ensino de filosofia*, Lisboa, Gradiva, p.31

⁵ XAVIER, J.A.V., (1998), *Os atuais programas de Filosofia: receptividade e apropriação*, em HENRIQUES, F., *Os Atuais Programas de Filosofia do Secundário – Balanço e Perspetivas*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

O professor João Xavier afirma: «A auscultação que fazemos diz-nos que é no mínimo polémica entre os alunos a questão da utilidade desta disciplina, bem como da razão que está na base da sua inserção nos seus currículos.»⁶

Claro que nem todos os estudantes com que me deparei têm esta linha de raciocínio, outros consideram-na pertinente, chegando mesmo a afirmar que, devido a ela, olham para o mundo de maneira diferente.

Certos alunos reparam que quando têm um problema em mãos, se o verbalizarem ou o debaterem com outros estudantes, este torna-se mais fácil de suportar, pois verificam que não estão sós nas suas preocupações. Este episódio pode ser visto no pensamento da Professora Ribeiro: «Devemos ter em consideração que o adolescente pretende, afinal, embora o não perceba sempre claramente, adaptar-se ao complexo mundo humano vem que vive, e ao que o espera. Ainda quando o vemos apaixonadamente entregue ao presente, é ao futuro que aponta: ao futuro que lhe promete o poder a satisfação do orgulho a independência a que aspira. É uma personalidade em trânsito num mundo em transitividade: nele se pretende situar. O seu destino pessoal preocupa-o, com maior ou menor sentido da gravidade de viver. Daí um interesse acrescido pelas questões sociais e culturais da atualidade; daí vibrar mais do que antes com problemas relativos à vida de família, pois espera constituir a sua; à vida da profissão, visto que uma o aguarda; à vida da comunidade nacional, que, em princípio, dele espera cidadania; é uma fase de expectativa e de esperança»⁷.

Depois desta análise a questão coloca-se: *Mas o que é que é a filosofia, e para que serve como disciplina no ensino secundário?* Segundo João Boavida: «A pergunta sobre o que ela [a filosofia] é vai ao âmago da questão, e o ensinável filosófico e as possibilidades de o fazer dependem da posição que se tomar»⁸.

O que é a filosofia?

Podemos afirmar que todos os homens, sem exceção, são filósofos⁹, mas nem toda a gente percebe o significado da palavra: FILOSOFIA. Tal como Boavida esclarece, «não

⁶ XAVIER, J.A.V., (1998), *ibidem*, p.94.

⁷ RIBEIRO, I., (1998), *Filosofia e Ensino Secundário em Portugal* em Filosofia, vol. 15-16, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.395.

⁸ BOAVIDA, J., (2010) *Educação Filosófica – Sete Ensaio*s, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p.32.

⁹ Os homens são filósofos no sentido que, desde idade precoce, o homem reflete sobre várias questões, estas filosofias. Por exemplo: “Qual a minha finalidade?”, etc.

há problema filosófico que não tenha tido uma dimensão pessoal e humana na sua raiz, uma vez que são os homens que os criam e os sentem, nem por outro lado, é possível falar de problemas reais, se criados e sentidos por outros.»¹⁰

Inicialmente podemos começar por definir a palavra «filosofia», a partir do seu significado. Esta tem origem grega e é composta pela palavra «*philia*» e «*sofha*». «*Philia*» quer dizer amor, amizade, respeito, e «*sofha*», sabedoria. Podemos então afirmar que filosofia tem como significado: o amor pela sabedoria. Mas qual o seu objeto de estudo? A filosofia nasce a partir de um pensamento, este pensamento torna-se depois um objeto de estudo, de um questionamento, de uma reflexão. Então o objeto de estudo da filosofia passa por «um conjunto de problemas fundamentais acerca da natureza da realidade, do conhecimento e do valor e o seu método é sobretudo, a discussão crítica e a argumentação, sendo assim, podemos caracterizar a filosofia como uma atividade conceptual e crítica».¹¹

Mas, qual é a importância da filosofia?

A filosofia ajuda-nos a analisar, criticar, e argumentar sobre os problemas contemporâneos. Ao refletir sobre determinado problema, conseguimos crescer e desenvolvermo-nos tanto a nível pessoal, como ético e social, faz-nos questionar sobre os valores que orientam a nossa sociedade.

Para um pensamento ser chamado de filosófico, é necessário, segundo Savian, três exigências: «globalidade, rigor e a radicalidade». «Radical, que vá às raízes da questão, até seus fundamentos; rigor, isto é, sistemático, segundo métodos determinados. E de conjunto (globalidade), não de modo parcial, mas relacionando-se o aspeto em questão com os demais do contexto.»¹²

A filosofia nasceu nas ruas, nasceu através do pensamento livre, mas depressa se encerrou na escola pública. «As estruturas escolares surgidas na idade média sob os auspícios da Igreja, reconheceram-lhe virtudes educativas únicas, transformando os seus temas centrais, quer os fixados na escola platónica, quer os que ganharam lugar de destaque na de Aristóteles, em bases da teologia que se queria impor. A verdade é que

¹⁰ BOAVIDA, j., (2010), *Educação filosófica, Sete ensaios*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 27

¹¹ FARIA, D., VERÍSSIMO, L., (2020), *EXAME Filosofia – 11º ano*, Leya Educação, Lisboa, p.8

¹² SAVIANI, D., (1996), *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, Coleção educação contemporânea – 11º Edição- Editora Autores Associados, p. 24 -
[tps://www.academia.edu/23559950/EDUCAS](https://www.academia.edu/23559950/EDUCAS)

com mais ou menos teologia ou ciência, com o alvor da técnica e o trunfo da tecnologia, a filosofia, desde o seu alvor na Praça grega, nunca mais perdeu a sua razão de ser, mantendo os seus objetos de pesquisa inalterados, pois como nesse tempo longínquo Aristóteles estabeleceu, a educação e com ela a Filosofia têm por sua função levar o homem à felicidade.»¹³

A filosofia, tal como Aristóteles referiu, é a única capaz de potenciar a verdadeira felicidade. Porquê? Porque ela é a única capaz de fazer com que o sujeito tenha consciência de si. A filosofia tem um carácter interdisciplinar, tem uma característica única, que é auxiliar o sujeito a questionar-se sobre o mundo e a procurar respostas apropriadas aos problemas que compõem o seu pensamento. A filosofia é algo imprescindível ao ser humano. «Enquanto houver humanidade, ela terá um lugar de destaque que os responsáveis pelas políticas educativas devem ser capazes de potencializar.»¹⁴

No nosso país, apesar de várias ponderações, o Ministério da educação tem procurado evoluir a formação na área das humanidades, contudo incita explicitamente as instituições escolares a darem menos atenção à disciplina de filosofia, em prole das disciplinas científicas, como a matemática, biologia, etc. O que na minha opinião é errado.

A educação filosófica dá-nos a oportunidade de refletir sobre o passado, prevenindo situações de conflito no futuro. Uma maior formação filosófica, gera um maior interesse pelos assuntos atuais, fomentando o espírito crítico, resolução de problemas, etc. Infelizmente os valores cívicos não são uma característica distintiva das pessoas altamente escolarizadas. Uma sociedade democrática, como a nossa, deve ser crítica e participativa e, apesar das suas muitas deficiências, deve continuar sendo mantida, defendida e aprimorada.

Como atualmente vivemos numa realidade complexa, devido a múltiplos factores, temos vindo a depararmo-nos com várias dificuldades, mais precisamente com: «o desemprego apertando, é a crueldade da má distribuição de renda, a corrupção generalizada, a violência, a exploração no trabalho, a deterioração das relações humanas, até mesmo no interior da família, e muitas outras formas de brutalidades, desenhando um

¹³MANSO, A., (2014), *A disciplina de filosofia no atual contexto curricular do ensino secundário em Portugal*, Editora: [Universidade do Minho. Centro de Investigação em Educação](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/32501/3/Filosofia_2014.pdf), p.5
([https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/32501/3/ Filosofia_2014.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/32501/3/Filosofia_2014.pdf))

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 5

quadro marcado pela barbárie. A sobrevivência está difícil, as pessoas deprimidas e estressadas, numa palavra, a vida humana está cada dia mais pobre de qualidade.»¹⁵

De que forma combatemos isto? Qualquer problema levantado, é só possível resolver a partir do conhecimento e da praxis do homem. Mas este conhecimento só se pode relacionar com a praxis quando existe educação. Severino é muito claro sobre este assunto: «O conhecimento só pode fecundar a prática através da educação. Existe apenas uma fonte geradora, que é o conhecimento, uma ferramenta, a prática e uma mediação, a educação. O conhecimento permite-nos elaborar as propostas de solução dos problemas que serão resolvidos pelas ações concretas, pela prática. Mas só pela educação nós conseguimos fazer com que o conhecimento possa tornar fecunda a prática.»¹⁶

Sendo assim, a filosofia é essencial na vida humana, pois sem ela o que pensamos, planeamos, refletimos, argumentamos, (etc.), de nada nos serve, porque não temos uma base sólida que nos permita atuar de maneira correta. Só a partir de uma educação, educação filosófica, é que conseguimos praticar atos transformadores numa sociedade.

Há, pois, uma certa relação necessária entre educação, filosofia e cidadania. A educação é algo que não pode ser retirado da nossa sociedade, pois tem uma parte extremamente importante a nível social e humano, sendo uma dimensão da sua própria constituição. Como tal, o processo de ensino e aprendizagem é vital para o ser humano e para própria sociedade. Mas por que se fala na filosofia no ensino secundário? Porque é essencial para o desenvolvimento pessoal do aluno. «Penso que todos estamos de acordo quando dizemos que a filosofia tem uma dimensão pedagógica que lhe é dada pelo seu carácter dialógico e analítico, pelo seu discurso crítico e racional que, sendo coerente, é fator de identificação e aproximação da razão.»¹⁷

Como estamos a falar de ensino e do ensino de filosofia no ensino secundário, deve-se aqui fazer uma análise dos programas de filosofia do 10º e 11º ano¹⁸ e se na realidade o conceito de filosofia é bem explícito para os estudantes. Porém, para ser possível verificar o que se entende pelo conceito de filosofia, é importante ter em consideração certas óticas em que aparece o programa.

¹⁵ SEVERINO, A.J., A filosofia na formação do jovem e ressignificação de sua experiência existencial, artigo p.1, retirado de: <https://filosofiapibidufabc.files.wordpress.com/2011/09/severino.pdf>

¹⁶ SEVERINO, A.J., A filosofia na formação do jovem e ressignificação de sua experiência existencial, artigo p.1, retirado de: <https://filosofiapibidufabc.files.wordpress.com/2011/09/severino.pdf>

¹⁷ BOAVIDA, J., (2010), *Educação filosófica, Sete ensaios*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 27

¹⁸ *Considera-se as Aprendizagens essenciais e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*

No programa atual de filosofia, a explicitação do conceito “FILOSOFIA” encontra-se no primeiro módulo das aprendizagens essenciais de filosofia do programa do 10ºano - «Abordagem introdutória à filosofia e ao filosofar»¹⁹, aportando simplesmente temas como: «o que é a filosofia? - Caracterizar a filosofia como uma atividade conceptual crítica» e, «As questões da filosofia. - Clarificar a natureza dos problemas filosóficos»²⁰.

Este tipo de plano, assenta na proposta da visão da União Europeia (EU) para a educação, tendo em conta os documentos orientadores específicos. Na subsecção II – ensino secundário – Artigo 9.º Objetivos, da lei de bases do sistema educativo, o ensino secundário tem por objetivos: «a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa; b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística; c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação; d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional; e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida ativa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola; f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho; g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.»²¹

Considerando o documento *Perfil do Aluno a Saída da Escolaridade Obrigatória*²², os dois estão em sintonia para que a educação seja fundamental para o desenvolver pessoal e humano.

¹⁹ *Aprendizagens essenciais* – 10ºano, p.6

²⁰ *Ibidem*

²¹ Artigo 9.º da Lei de Bases do Sistema Educativo: https://pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1744&tabela=leis

²² Estes são os princípios que orientam, justificam e dão sentido ao Perfil dos Alunos à

Sendo assim, e cumprindo estes princípios e valores, a educação é fundamental para o estudante; mas onde é que a filosofia se insere?

A filosofia tem como função «permitir a cada um aperfeiçoar a análise das convicções pessoais; aperceber-se da diversidade dos argumentos e das problemáticas dos outros e aperceber-se do carácter limitado dos nossos saberes, mesmo dos mais assegurados»²³.

O processo de ensino e aprendizagem, no contexto de escola, deve ser favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, tais como valores, atitudes cívicas e humanas, onde os alunos adquirem as múltiplas literacias que precisam de mobilizar.²⁴

Na nossa perspetiva, a filosofia é uma disciplina essencial para o desenvolvimento dessas competências. Tal como António Joaquim Severino afirma: «A formação filosófica, em qualquer estágio escolar, é uma presença fundamental e tem muito a ver com o futuro de nossa sociedade e de nossa cultura [...]»²⁵

Porquê? Na verdade, os alunos necessitam de encontrar o seu lugar no mundo. A ética, nesse sentido, é muito importante, pois surge para estimular a consciencialização e a consolidação da fundamentação do nosso agir, a nossa existência enquanto indivíduos inseridos na pólis (compreendida num sentido aristotélico). Sendo assim, o «eu» forma-se na vinculação com a pólis.

Se a ciência é o conhecimento que trabalha com factos reais, a filosofia é o conhecimento que nos ajuda a compreender esses mesmos factos e a questioná-los, isto é, «[...] os conhecimentos filosóficos ajudam-nos [...] a situá-las no conjunto de sentidos que norteiam a existência humana, a atribuir-lhes um sentido articulado numa rede maior de sentidos dessa existência, em sua complexa condição de unidade e de totalidade.»²⁶

Assim, a presença da disciplina de filosofia, no ensino secundário, é imprescindível, porque promove nos sujeitos aprendentes uma natureza problematizadora, conceptual e argumentativa. É neste sentido que a educação filosófica,

Saída da Escolaridade Obrigatória: **A. Base humanista [...]; B. Saber [...]; C. Aprendizagem [...]; D. Inclusão [...]; E. Coerência e flexibilidade [...]; F. Adaptabilidade e ousadia [...]; G. Sustentabilidade; H. Estabilidade [...]**. - Documento: *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, p.13-14

²³ Programa de filosofia de 10º e 11º ano, p.4:

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/filosofia_10_11.pdf

²⁴ Educação, D.-G. d. (s.d.). *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*, p.7 (Adaptado)

²⁵ SEVERINO, A.J., *A filosofia na formação do jovem e resignificação de sua experiência existencial*, artigo p.1, retirado de: <https://filosofiapihidufabc.files.wordpress.com/2011/09/severino.pdf>

²⁶ Ibid., p.2

fundamentalmente no «perfil cognitivo cultural e no perfil sócio/ moral do aluno»²⁷, permite aos estudantes adotar de uma forma crítica e ativa, a sua posição no mundo. Em suma, estas naturezas são fundamentalmente filosóficas, no sentido em que na medida que traduzem o que vem a ser a filosofia.

Tal como referido anteriormente, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória tem em consideração estes valores, tal como também as Aprendizagens essenciais, onde é referido que «A disciplina de Filosofia constitui-se, assim, como uma contribuição para o desenvolvimento de competências consideradas imprescindíveis à construção de uma cidadania ativa»²⁸.

A partir deste enquadramento, pode-se afirmar que a disciplina de filosofia no ensino secundário contribuí, pois, para o desenvolvimento dos alunos na medida que crescem autónomos e responsáveis.

Depois de esclarecer o que se pretende com a disciplina de filosofia na educação dos alunos, igualmente se revela os componentes que definem a filosofia como uma atividade, não apenas que questiona a realidade, mas como também, considera de que forma os indivíduos lidam com ela, neste caso, os alunos de nível secundário.

A filosofia, tem como objetivo, «proporcionar instrumentos necessários para o exercício pessoal da razão»; «proporcionar situações orientadas para a formulação de um projeto de vida próprio»; «proporcionar oportunidades favoráveis ao desenvolvimento de um pensamento ético-político crítico»; «proporcionar meios adequados ao desenvolvimento de uma sensibilidade cultural e estética» e «proporcionar mediações conducentes a uma tomada de posição sobre o sentido da existência»²⁹. Esta panóplia de objetivos fortalecem os valores autónomos e de retidão dos estudantes.

Atentemos agora as palavras de Boavida: «[...] o problema [filosófico] está dependente, vitalmente, da nossa sensibilidade, da capacidade de problematização e racionalização, de ser capaz de sentir e de pensar, de assumir e de reformular»³⁰.

A educação não deve ser somente uma via para a transmissão de conhecimento, mas uma via para um construir pessoal, em que as nossas capacidades argumentativas, críticas e criativas permitem resolver problemas atuais da humanidade. Segundo o que

²⁷ Ministério da educação, *Caderno de Apoio à Gestão do Programa*, p.5

²⁸ *Aprendizagens essenciais*, p.2

²⁹ Programa de filosofia de 10º e 11ºano, p.8:

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/filosofia_10_11.pdf

³⁰ BOAVIDA, J., (2010), *Educação filosófica, Sete ensaios*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 25

Desidério Murcho indica, «a função da Filosofia na escola não é, com toda a certeza, dar aos estudantes a capacidade para repetir mais ou menos mal as ideias dos filósofos, mas a capacidade para defender e criticar ideias, a capacidade criativa para reagir a problemas com propostas bem pensadas, [...] Em suma, o objetivo da Filosofia na escola é dotar os estudantes de uma sólida capacidade crítica»³¹.

O mesmo pensamento pode-se encontrar nas Aprendizagens essenciais, «o trabalho filosófico visa que o aluno possa ser questionador, através do exercício de um pensamento crítico capaz de: mobilizar o conhecimento filosófico e as competências lógicas da filosofia para formular questões de modo claro e preciso; usar conceitos abstratos para avaliar informação; validar teses e argumentos através de critérios sólidos; avaliar os pressupostos e implicações do seu pensamento e o dos outros e comunicar efetivamente, na busca de solução de problemas que se colocam nas sociedades contemporâneas»³². A lógica em filosofia, adquire então uma importância imensa: sendo que ela determina a veracidade e correção dos argumentos e conjeturas sobre a realidade. Podemos entender intuitivamente o enquadramento da disciplina de filosofia no ensino secundário. Vejamos, segundo o professor Domingos Faria: «A filosofia é fundamentalmente uma atividade crítica (...). Ora, se a natureza da filosofia tem tal característica, então o seu ensino deve estimular os alunos não apenas a compreender os problemas e as ideias dos filósofos, mas sobretudo a discutir e a examinar criticamente esses problemas e ideias».³³

A filosofia é compreendida como crítica, promovendo a independência de pensamento e de ação. De que forma? Através do exame crítico de argumentos e de diversas teorias. O «eu» torna-se num sujeito livre, para não ser tentado a ser apático, a seguir o pensamento dos outros, etc.

Para terem consciência do mundo em que vivemos, os alunos do ensino secundário necessitam ter uma perceção geral da existência humana, de como ela foi formada, como é que os antigos pensavam, como é que com o passar do tempo chegamos a esta realidade, qual o significado de, futuramente, serem inseridos no mundo do trabalho. Precisam de ter noção dos valores da sociedade, como também da cultura onde estão inseridos. Tal como Severino indica «cabe aos componentes filosóficos ensinar um processo de análise, de reflexão e de discussão, mediante o qual eles possam lidar de

³¹ MURCHO, Desidério, *A Natureza da Filosofia e o seu Ensino*, 2002, Lisboa: Plátano, p. 79

³² Documento: *Aprendizagens essenciais de Filosofia – 10ºano*, p.2

³³ FARIA, D., *O método Socrático no Ensino da Filosofia*, em MANSO, A. (coord.), 2016, p.123.

maneira adequada com a própria subjetividade no enfrentamento com a objetividade das condições circunstanciais de suas vidas concretas. Só assim eles poderão ser ajudados na sua autoconstrução, como sujeito pessoais autônomos, cidadãos membros de uma sociedade histórica.»³⁴

Portanto, a disciplina de filosofia, como também os professores que a lecionam, devem orientar o aluno a pensar de forma independente, pois o mundo atual assim o exige. Ao residirmos numa sociedade globalizada, esta apresenta uma exigência imensa. O que faz com que o homem viva com insegurança, com incertezas constantes, e assim, citando a Unesco, a partir do livro de Emanuel Medeiros: «[...] a Filosofia é um saber indispensável na comunidade mundial [...]»³⁵ Ou seja, a melhor maneira de os estudantes encararem o mundo atual, é a partir da filosofia, pois esta ajuda a desenvolver plenamente o pensamento e a questionar e a criticar a realidade.

Assim, o papel da filosofia esta intimamente ligado ao conceito de cidadania. Citando novamente Medeiros: «[...] é no centro da pessoa, do sujeito ético, que se edifica o cidadão e o profissional»³⁶, sendo assim, «[...] é preciso voltar a olhar para a problemática dos valores e dos valores éticos, enquanto apelo para o nosso ser como pessoas e como membros da comunidade.»³⁷

Filosofia e cidadania

O conceito de cidadania está integrado na escola e na sociedade. Para que este conceito tenha importância e se consiga desenvolver nos estudantes, são necessários vários órgãos orientadores: como a família, professores, assistentes, funcionários, órgão de gestão, (etc). É neste sentido, e com a participação de todos estes órgãos, que se consegue ensinar e formar indivíduos autônomos e independentes. «Os pilares para a formação de pessoa, devem ser lançados pela e na família e em todas as instituições educativas, desde logo a escola»³⁸, ou seja, todos «[...] devem colaborar, de modo ativo e permanente, na tarefa axiológica de nos tornarmos pessoas e de desenvolver as potencialidades de cada um.»³⁹

³⁴ SEVERINO, A.J., *A filosofia na formação do jovem e ressignificação de sua experiência existencial*, artigo p.2, retirado de: <https://filosofiapidufabc.files.wordpress.com/2011/09/severino.pdf>

³⁵ Medeiros, E., (2006), *Educar, Comunicar e Ser*, ed. João Azevedo, editor Mirandela, p.19

³⁶ Idem, p. 43

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem

³⁹ Ibidem

É a obrigação da educação orientar os alunos, para que estes tracem os seus caminhos e que possibilite uma observação real do que se passa nos dias de hoje e a forma como podemos ultrapassar certos problemas.

A cidadania e a educação filosófica são conceitos, que juntos, formam uma sociedade justa. É a partir destes, que o homem se vê como livre e se reconhecesse a si mesmo como um ser social, ético e político. As instituições escolares têm a missão de educar e preparar os jovens para a vida na sociedade.

«Entre as disciplinas humanísticas necessárias à educação para a cidadania ressaltamos a importância da Filosofia que deve constar nos currículos escolares. O seu papel é formar pessoas com pensamento crítico, solidário, criativo, que saibam distinguir argumentos, fundamentar posições e tomar decisões, habilidades necessárias ao mundo prático. Não se trata somente de apreender conteúdos tecnológicos já elaborados, mas desenvolver a capacidade de compreendê-los, criticá-los e de produzir ciência. Trata-se de manejar estruturas de pensamento e resolver problemas, formando as condições básicas para o pensar em todos os campos, inclusive o tecnológico.»⁴⁰

O pensar filosófico sempre teve um espaço guardado para a cidadania, através do conceito “participação”. A filosofia sempre se mostrou participativa na sociedade, não pelas pessoas que visam a felicidade de forma diferente de Aristóteles, (Este afirma que a verdadeira felicidade do homem está na busca pelo conhecimento.), mas aquelas que buscam um conhecimento contínuo. A filosofia nasceu com uma vertente política. A filosofia sempre apontou novas direções na história da humanidade.

Na ética a Nicómaco de Aristóteles, o termo *eudaimonia* é destacado como fim último do homem. *Eudaimonia* é a busca pela felicidade, esta felicidade não é algo sentimental, ela visa a realização dos dons naturais ou dos dons adquiridos que ao desenvolverem-se a partir do hábito, delinearam a felicidade que o indivíduo procura, dentro da pólis.

A filosofia vive dentro da pólis, e é ela que dá os instrumentos imprescindíveis aos indivíduos da mesma. Um dos maiores contributos e ajuda que a filosofia ofereceu à nossa sociedade foi tornar a política um instrumento que visa a alcançar o cume da cidadania, pois a política tem o objetivo de criar diretrizes que nos ajudam a chegar ao nosso fim último como seres racionais, a felicidade.

⁴⁰ Retirado de: <http://www.ifil.org/Biblioteca/mance.htm>

A filosofia e a política são inseparáveis, na medida em que circunscrevem a inclusão, que é um dos objetos de estudo da cidadania.

Gerar políticas criadoras da cidadania, é um desafio imenso, que ainda absorve as democracias contemporâneas. A filosofia tem a tarefa de sondar a relação entre o cidadão e a pólis, para que se mantenham estes conceitos juntos de forma cuidada.

A pólis favorece o que é necessário para que os indivíduos não sejam especuladores, numa realidade distante, e que não tenham uma posição passiva na sociedade.

De que forma isto é possível? Através da educação, mais precisamente através da educação filosófica, vejamos: «Para Aristóteles, as virtudes adquirem-se através de um processo de habituação que, em linguagem moderna, se poderia caracterizar como sendo de interiorização de normas e socialização dos sujeitos. Concretamente, o *ethos* social vigente é adquirido no processo educativo da criança e do jovem.»⁴¹

Tal como Daniel Goleman pensou, «As escolas [...] desempenham um papel central na cultivação do carácter, ao inculcarem a autodisciplina e a empatia, que por sua vez possibilitam o verdadeiro empenhamento aos valores morais e cívicos. Para tanto, não basta falar às crianças a respeito de valores: elas precisam de praticá-los, que é o que acontece quando constroem as aptidões sociais e emocionais básicas. Neste sentido, a literacia emocional anda a par com a educação do carácter, do desenvolvimento moral e da cidadania.»⁴²

Assim parece, que o desenvolvimento da cidadania, passa pela educação, que por sua vez, passa pelo carácter e aptidões sociais dos indivíduos, e a filosofia é um dos fatores imprescindíveis para tal desenvolvimento. Citando novamente Goleman, «Há uma palavra antiquada para designar o corpo de capacidades que a inteligência emocional representa: carácter. O carácter [...] é a “musculatura psicológica que a conduta moral exige”. [...] Se o desenvolvimento do carácter é o alicerce das sociedades democráticas, consideremos algumas das maneiras como a inteligência emocional reforça esse alicerce. A base do carácter é a autodisciplina; a vida virtuosa, como tem sido observado por todos os filósofos desde Aristóteles, baseia-se no autocontrolo.»⁴³

Assim conseguimos formar indivíduos, através da educação filosófica, para o mundo real.

⁴¹ José Manuel Santos (2012), *Introdução à Ética*, Lisboa, Documenta, p. 133.

⁴² Daniel Goleman (1995), *Inteligência Emocional*, Lisboa, Temas e Debates, p. 308

⁴³ Daniel Goleman (1995), *Inteligência Emocional*, Lisboa, Temas e Debates, p. 307.

Sempre tive o pensamento de que tudo surgiu por um pensar filosófico, e sinceramente, se não fosse esse pensar, não sei se o termo «sociedade» existiria.

Capítulo 2

Este capítulo trata da ética, não a ética em si, como o seu significado, a sua importância, (etc.) mas a ética que através de Kant e Mill, é ensinada no ensino secundário, complementando através do pensamento de Aristóteles, a ética que, a meu ver, seria uma mais-valia para os alunos do 10ºano de filosofia no ensino secundário. Primeiramente tratarei da ética deontológica de Kant, seguida da ética utilitarista de John Stuart Mill e para finalizar um breve resumo da teoria da ética das virtudes de Aristóteles, pois a fundamentação mais detalhada desta ética, será tratada no capítulo seguinte.

A teoria deontológica de Emmanuel Kant

É a partir da obra d'A *Fundamentação da metafísica dos costumes*, que Kant, expõe a sua perspectiva ética.

Kant começa por descrever a finalidade da sua obra: “a presente fundamentação nada mais é, porém, do que a busca e fixação do princípio supremo da moralidade.” (KANT, 2020, p.19)

O filósofo, no início da sua busca pela resposta a este problema, refere que o princípio máximo da moralidade tem a sua fundamentação na razão pura (“... o princípio da obrigação não se há de buscar aqui na natureza do homem ou nas circunstâncias do mundo em que o homem está posto, mas sim *a priori* exclusivamente nos conceitos da razão pura, e que qualquer preceito baseado em princípios da simples experiência, e mesmo um preceito em certa medida universal, se ele se apoiar em princípios empíricos, num mínimo que seja, talvez apenas por um só móbil, poderá chamar-se na verdade uma regra prática, mas nunca uma lei moral.” (KANT, 2020, p.16)). Assim sendo, todas as concepções morais têm origem *a priori* na razão. Portanto, Kant fundamentará a moral na própria razão, sendo que esta, procura um imperativo objetivamente necessário em si, sem referência a outro fim, ou seja, sem recurso à natureza.

O intuito de Kant passa por expor uma ética pura, isolada do que é empírico, uma teoria que possa servir para todos os seres possuidores de razão. Nesta perspectiva, a

vontade boa e o dever, têm a tarefa, precisamente, de ajudar na divisão entre os princípios puros e os princípios empíricos da ação moral. A análise destes conceitos acaba por conduzir o filósofo à formulação de um princípio: o imperativo categórico, este será a resposta Kantiana ao problema da necessidade de uma fundamentação objetiva da moral.

O filósofo começou, assim, por analisar a ideia de vontade boa. Citando o autor: “A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é, em si mesma, e considerada em si mesma, deve ser avaliada em grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mesmo, se se quiser, da soma de todas as inclinações.”⁴⁴ A boa vontade é boa em si, sem quaisquer intenções ulteriores, não podendo ser usada para realizar o mal. É simplesmente a vontade de cumprir o dever por si. Cumprir o dever é uma expressão da racionalidade. Portanto, a razão influencia a vontade para que esta seja inteiramente boa, determinando-se a si própria. O a noção de “boa vontade” e a noção de “dever” estão intimamente relacionados, citando Kant: “Para desenvolver, porém o conceito de uma boa vontade [...], este conceito que está sempre em cume da apreciação de todo o valor das nossas ações e que constituem a condição de todo o resto, vamos encarar o conceito do dever que contém em si a boa”⁴⁵. «O dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei.» (Kant, 2020, p.31)). Mas o que que Kant dizer com lei? Kant refere-se a uma lei moral.

Todos os seres racionais, afirma Kant, “(...) tem de confessar que uma lei que tenha de valer moralmente, isto é, como fundamento de uma obrigação, tem de ter em si uma necessidade absoluta; que o mandamento: «não deves mentir», não é válido somente para os homens e que outros seres racionais se não teriam que importar com ele, e assim todas as restantes leis propriamente morais.” (Kant, 2020, p.15)

A lei moral manifesta-se através da nossa razão, agindo de acordo com a nossa boa vontade, independentemente da situação onde se encontra o sujeito. Sendo este racional, é capaz de reconhecer os valores morais necessários.

O valor moral de uma determinada ação habita no respeito pela lei moral. Mas o que significa a palavra respeito, neste sentido? Citando Kant: «O respeito [...], é um sentimento que se produz por si mesmo através dum conceito da razão [...] aquilo que eu reconheço imediatamente como lei para mim, reconheço-o com um sentimento de

⁴⁴ Kant, I. (2020). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Introdução de Pedro Galvão, textos filosóficos, Lisboa: Edições 70, p. 23

⁴⁵ Idem., p. 26-27

respeito que não significa senão a consciência da subordinação da minha vontade a uma lei, sem intervenção de outras influencias sobre a minha sensibilidade. A determinação imediata da vontade pela lei e a consciência desta determinação imediata da vontade pela lei e a consciência desta determinação é que se chama de respeito, de modo que se deve ver o efeito da lei sobre o sujeito e não a sua causa. (KANT, 2020. p. 33 (nota))

A ética kantiana é uma ética deontológica, precisamente, porque defende o cumprimento do dever pelo dever. Sendo assim, uma dada ação tem valor moral se, e só se, for realizada por uma boa vontade motivada pelo puro cumprimento do dever, e não pelos resultados que a ação pode gerar. Logo, Kant defende que o valor moral de uma determinada ação encontra-se em si mesma e não nas consequências desta. Citando o autor:

«Uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, não no propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina; não depende, portanto, da realidade do objeto da ação, mas somente do princípio do querer segundo o qual a ação, abstraindo de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada.»⁴⁶

Para Kant uma ação tem valor moral se e só se a ação corresponder ao que deve ser feito, no sentido que todos os seres racionais devem, nas mesmas circunstâncias, agir de igual modo, independentemente das suas inclinações pessoais.

O filósofo Kant identifica três tipos de ações possíveis: as ações que são contrárias ao dever, ou seja, violam o dever. As ações conforme o dever, ou seja, cumprem o dever, mas com vista a um determinado fim. E as ações por dever, que exprimem a boa vontade.

Só as ações realizadas por dever é que possuem valor moral, pois são as únicas que possuem valor intrínseco, sendo estas realizadas por si mesmas, e não por aquilo que possa ser alcançado. São ações que correspondem àquilo que deve ser feito.

Mesmo que uma certa ação possa ser bondosa, honrosa (etc.), se ela tiver como fim uma inclinação pessoal, esta não tem qualquer tipo de valor moral. Sendo assim, Kant afirma: «(...) uma tal ação, por conforme ao dever, por amável que ela seja, não tem contudo nenhum verdadeiro valor moral, mas vai emparelhar com outras inclinações, por exemplo o amor das honras que, quando por feliz acaso topa aquilo que efetivamente é de interesse geral e conforme ao dever, é consequentemente honroso e merece louvor e

⁴⁶ Kant, I., (2020), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, textos filosóficos, Introdução de Pedro Galvão, Lisboa: edições 70, P.31

estímulo, mas não estima; pois à sua máxima falta conteúdo moral que manda que tais ações se pratiquem, não por inclinação, mas por dever.»⁴⁷

Neste contexto, Kant fala de uma máxima, mas ao que se refere? Segundo Kant, uma «Máxima é o princípio subjetivo do querer; o princípio objetivo (isto é, o que serviria também subjetivamente de princípio prático a todos os seres racionais, se a razão fosse inteiramente senhora da faculdade de desejar) é a lei prática. (Nota de Kant.)»⁴⁸ ou seja, a máxima é uma regra subjetiva do querer do sujeito, sendo a partir desta, que o agente racional age. Por sua vez, esta máxima tem de ser universalizada para que se possa tornar numa lei prática a que todos os seres racionais têm o dever de cumprir.

Mas nem sempre uma máxima expressa ações por dever. Por exemplo: “Não roubes, porque vais preso.”, este exemplo é uma máxima conforme o dever. Ora, em que situações pode uma máxima manifestar ações por dever? Quando a nossa faculdade de querer é determinada somente pela nossa racionalidade. Quando isto acontece, a máxima que manifesta a ação inclui a própria lei moral.

Se só a razão pode ser a origem da intenção pura, é nela que importa procurar um fundamento, ou seja, uma fórmula que nos indique o que devemos fazer para agir corretamente.

Para Kant o é essencial no valor moral de uma ação, é que a lei moral determine de maneira imediata a vontade e não por intermédio de uma inclinação pessoal, tal como o desejo, o prazer, etc. Uma ação só possui valor moral quando esta é determinada apenas pela forma da lei moral. Citando o autor: “Agir por dever implica ter uma conceção correta acerca do que é permissível fazer de acordo com a lei moral.”⁴⁹

A vontade que não é absolutamente boa, pode dar prioridade ao amor de si ou à felicidade pessoal, não agindo dever, ou seja, agindo pelo puro respeito à lei moral. A vontade humana tanto se pode determinar por uma lei, esta universal, como se pode deixar determinar pelas inclinações sensíveis. Por isso, afirma Kant, é necessário que a lei se apresente aos agentes racionais como um tipo de mandamento: “A representação de um princípio objetivo, enquanto obrigante para uma vontade, chama-se um mandamento (da razão), e a fórmula do mandamento chama-se imperativo.”⁵⁰

⁴⁷ Kant, I., (2020), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, textos filosóficos, Introdução de Pedro Galvão, Lisboa: edições 70, P.28-29

⁴⁸ Idem, P.32

⁴⁹ Kant, I., (2020), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, textos filosóficos, Introdução de Pedro Galvão, Lisboa: edições 70, p.27 (nota)

⁵⁰ Idem., p.51

Ora, como se pode definir um imperativo? Um imperativo, é um princípio que ordena uma determinada ação, é uma ordem.

A possível imperfeição da vontade humana exige que o imperativo assuma uma forma categórica.

Antes de me debruçar no imperativo categórico, quero destacar que para Kant existem dois tipos de imperativos: O imperativo hipotético e o imperativo categórico.

O imperativo hipotético, para Kant, não é um imperativo moral. É uma máxima que coloca a motivação da ação como externa ao indivíduo, isto é, ordena que se cumpra uma ação em concreto para atingir um determinado fim. Trata-se de escolher os meios apropriados para os fins em vista. Por exemplo: Se não quiseres seres preso, não roubes. Se não queres engordar, não comas em demasia.

As leis dos países são consideradas por Kant, imperativos hipotéticos. Porquê? Porque são condicionais. Dizem que se roubar, seremos presos. Isto significa que essa lei só tem impacto em nós dada a hipótese de não querermos ser presos. Se não nos importarmos com isso, roubamos na mesma.⁵¹

Kant pensava que a lei moral genuína não deve ser hipotética. Independentemente dos nossos interesses temos certos deveres que são categóricos, pois são leis morais, isto é, um imperativo sem condições, isto é, que não depende de aceitar algumas condições prévias.

O filósofo afirmava que só o imperativo categórico é digno do nosso respeito, pois só nesse caso a ordem emana da própria razão. «Só existe uma lei moral, e essa lei é o imperativo categórico».⁵²

«Há por fim um imperativo que, sem se basear como condição em qualquer outra intenção a atingir por um certo comportamento, ordena imediatamente este comportamento. Este imperativo é categórico. Não se relaciona com a matéria da acção e com o que dela deve resultar, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva; e o essencialmente bom na acção reside na disposição, seja qual for o resultado. Este imperativo pode-se chamar o imperativo da moralidade.»⁵³

⁵¹ Almeida, A., Murcho, (2021) D. *O Espanto 10ºano*, Plátano Editora, p.173

⁵² Almeida, A., Murcho, (2021) D. *O Espanto 10ºano*, Plátano Editora, p.173

⁵³ Kant, I., (2020), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, textos filosóficos, Introdução de Pedro Galvão, Lisboa: edições 70, P.55

Para saber se uma ação é moral, temos de verificar se a sua máxima está de acordo com o princípio máximo da moralidade, o imperativo categórico.

Este princípio diz respeito à forma e ao princípio de que deriva a ação, refere-se à intenção e não aos resultados ou às consequências da mesma. Ele prescreve uma determinada ação de modo imediato, absoluto e incondicional, sendo considerado por Kant, o imperativo da moralidade.

Como imperativo da moralidade, Kant formula uma lei, lei esta universal:

«Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.»⁵⁴

A partir desta fórmula, define-se uma exigência da lei moral. Quem quiser saber se está a agir bem ou a tomar a decisão correta deve, em primeiro lugar, perguntar-se a si próprio se a máxima ou o princípio que orienta a sua ação poderá tornar-se numa lei universal. A máxima de uma ação é o princípio geral dessa ação. É o simples entendimento de uma lei universal dos nossos atos que serve de princípio à nossa boa vontade. Assim, conclui-se que a boa vontade adota este princípio como um guia da sua conduta.

Quando tencionamos agir de maneira correta devemos abstrair-nos das nossas inclinações e questionarmo-nos se podemos desejar que a máxima implícita na ação que queremos praticar se possa tornar numa lei universal.

Questionarmo-nos, por exemplo, se temos o dever de dizer a verdade, quando é do nosso interesse não o fazer. O critério ético para saber se mentir viola o dever, é questionarmo-nos qual a possível máxima dessa ação. Se essa máxima nos faz cair em contradição, então temos o dever de não mentir. Citando o autor: “Uma outra pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sempre a tentação de fazer a Promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: Não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decidia a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: Quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá. Este princípio do amor de si mesmo ou da própria

⁵⁴ Idem, p.62

conveniência pode talvez estar de acordo com todo o bem-estar futuro; mas agora a questão é a de saber se é justo. Converto assim esta exigência do amor de si mesmo em lei universal e ponho assim a questão: Que aconteceria se a minha máxima se transformasse em lei universal? Vejo, então imediatamente que ela nunca poderia valer como lei universal da natureza e concordar consigo mesma, mas que, pelo contrário, ela se contradiria // necessariamente. Pois a universalidade de uma lei que permitisse a cada homem que se julgasse apuros prometer o que lhe viesse à ideia com intenção de não o cumprir, tornaria impossível a própria promessa e a finalidade que com ela se pudesse ter em vista; ninguém acreditaria em qualquer coisa que lhe prometessem e rir-se-ia apenas de tais declarações como de vãos enganos.»⁵⁵

Com este excerto conclui-se que não podemos querer uma lei universal que permita a mentira, porque isso envolve uma contradição, e assim, a lei anula-se a si própria.

Kant pensou que se uma ação passasse no teste do princípio da moralidade, essa ação seria moralmente correta.

«Não preciso, pois, de perspicácia de muito largo alcance para saber o que hei de fazer para que o meu querer // seja moralmente bom. Inexperiente a respeito do curso das coisas do mundo, incapaz de prevenção em face dos acontecimentos que nele se venham a dar, basta que eu pergunte a mim mesmo: – Podes tu querer também que a tua máxima se converta em lei universal? Se não podes, então deves rejeitá-la, e não por causa de qualquer prejuízo que dela pudesse resultar para ti ou para os outros, mas porque ela não pode caber como princípio numa possível legislação universal. Ora, a razão exige-me respeito por uma tal legislação[...] e que a necessidade das minhas ações por puro respeito à lei prática é o que constitui o dever, perante o qual tem de ceder qualquer outro motivo, porque ele é a condição de uma vontade boa em si, cujo valor é superior a tudo.»⁵⁶

Como determinamos então, a partir do imperativo categórico, a moralidade de uma determinada ação?

Primeiramente devemos questionarmo-nos: que regra (máxima) estamos a tentar seguir se praticarmos essa ação? Em seguida questionarmo-nos, se estamos dispostos a querer que essa regra (máxima) seja adotada por todos, ou seja, é possível todos agirem

⁵⁵ Kant, I., (2020), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, textos filosóficos, Introdução de Pedro Galvão, Lisboa: edições 70, p.63-64

⁵⁶Kant, I., (2020), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, textos filosóficos, Introdução de Pedro Galvão, Lisboa: edições 70, p.36-37

segundo essa máxima? Caso seja possível, isto é, se a máxima não se revelar autocontraditória caso seja concebida dessa forma, podemos consistentemente querer que essa máxima se torne numa lei universal? Se a resposta for sim, essa máxima tornar-se-á numa lei universal da moralidade e, conseqüentemente, a ação terá valor moral. Se a resposta for não, essa máxima não pode ser concebida e, conseqüentemente, a ação não tem valor moral.⁵⁷

Kant sugere uma nova forma de pensar o Homem e a sua ligação com a moral e a vontade, tanto é que recorre à noção de liberdade desenvolvida por Rousseau, mas tenta ir mais além, alterando-a para uma autonomia da vontade. Kant, convida assim, os homens a pensar com liberdade e a proceder com autonomia.⁵⁸

Para Kant, existe só um princípio que pode servir de fundamento para toda a moralidade, este é o princípio da autonomia da vontade: “Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objetos do querer). O princípio da autonomia é, portanto: não escolher senão de modo que as máximas de escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal.”⁵⁹

A vontade para Kant corresponde à razão prática, ou seja, esta submete-se à lei que impõe para si mesma. Podemos afirmar que a vontade dos agentes racionais é composta por princípios práticos puros provenientes da razão pura.

Citando o filósofo: “Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as ações das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática. Se a razão determina infalivelmente a vontade, as ações de um tal ser, que são conhecidas como objetivamente necessárias, são também subjetivamente necessárias, isto é, a vontade é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independente da inclinação, // reconhece como praticamente necessário, quer dizer como bom.”⁶⁰

⁵⁷ Adaptado: FARIA, D., VERÍSSIMO, L., (2020), *Exame filosofia – 11 ano*, Porto: Leya educação, p.136

⁵⁸ HUPFFER, Haide Maria. O Princípio da Autonomia na Ética Kantiana e sua recepção na obra direito e democracia de Jürgen Habermas. *Anima: Revista Eletrônica do Curso de Direito da Opet*. Curitiba, v. 5, p. 142-163, 2014, p.1

⁵⁹ Kant, I., (2020), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, textos filosóficos, Introdução de Pedro Galvão, Lisboa: edições 70, p.50

⁶⁰ Kant, I., (2020), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, textos filosóficos, Introdução de Pedro Galvão, Lisboa: edições 70, P.32

A autonomia é o princípio básico, norteador, que é regulado a partir axiomas morais e universais. A moralidade é, para o filósofo, o elemento fundamental para a composição do indivíduo enquanto tal. Assim, Kant extrapola para a razão prática do ser humano, o livre arbítrio orientado pela vontade boa, ou seja, a possibilidade de viver segundo princípios morais. Pelo princípio da autonomia, Kant identifica-o como o único princípio da moralidade, devendo este ser um imperativo categórico.⁶¹

O princípio da moralidade (imperativo categórico), como já se referiu, é um princípio moral, sendo assim, é integrante da evolução do ser humano e do seu processo de autonomia. Uma pessoa “autônoma” é a que transpõe as barreiras do próprio querer e é capaz de viver a partir de uma vontade universal.

O homem é um ser bipartido, ou seja, ele é razão e natureza. A partir deste especto temos de considerar que muitas vezes o homem age conforme a sua natureza, ou seja, conforme a sua vontade inferior, a que se deixa solicitar pela inclinação sensível. Nesta perspectiva o homem é um ser heterónimo. Mas enquanto racional, ele é o próprio autor da lei, e nesta perspectiva ele é autónomo, porque ao obedecer ao imperativo da razão a vontade é racional, ou seja, está a obedecer a si própria.

Esta autonomia da vontade é autora da sua própria legislação independentemente de influências estranhas, ou seja, a vontade dá-se a si mesma a lei a que se subordina. A vontade confunde-se aqui com razão prática, por isso é que se pode afirmar que ela é a autora da lei. Afirmer esta autonomia, equivale a afirmar a racionalidade da lei. “A vontade absolutamente boa, cujo princípio tem que ser um imperativo categórico, indeterminada a respeito de todos os objetos, conterà, pois, somente a forma do querer em geral, e isto como autonomia; quer dizer: a aptidão da máxima de toda a boa vontade de se transformar a si impõe a vontade de todo o ser racional, sem subpor qualquer impulso ou interesse como fundamento.”⁶²

⁶¹ HUPFFER, Haide Maria. O Princípio da Autonomia na Ética Kantiana e sua recepção na obra direito e democracia de Jürgen Habermas. *Anima: Revista Eletrônica do Curso de Direito da Opet*. Curitiba, v. 5, p. 142-163, 2014, p.2

⁶² Kant, I., (2020), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, textos filosóficos, Introdução de Pedro Galvão, Lisboa: edições 70, p.96

A teoria ética consequencialista de John Stuart Mill

Existe, além do princípio ético Kantiano, algum princípio ético fundamental? Sim, como por exemplo, o princípio da maior felicidade, enquadrado na resposta ética utilitarista de Stuart Mill.

Mill, tal como o filósofo Emmanuel Kant, tenta responder ao problema: *Qual o critério ético fundamental da ação humana?*

Antes de abordar a resposta utilitarista de Mill, é de extrema importância citar o primeiro filósofo que deu voz à ética utilitarista, Jeremy Bentham, na sua obra: *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* (1789). Esta obra baseia-se num hedonismo quantitativo, ou seja, defendia que “quanto maior a duração e intensidade dos prazeres gerados por uma ação, mais felicidade tendia a ser gerada por essa ação”⁶³. Este tipo de perspectiva tem como objetivo último, de toda a ação moral humana, a felicidade. Sendo assim, é chamada de hedonismo.

Bentham tendo uma visão quantitativa de bem-estar, pressupõe que todos os prazeres e dores são comensuráveis, ou seja, determinados a intensidade e a duração de um prazer (ou dor), multiplicamos uma pela outra e obtemos o valor de prazer; depois fazemos o mesmo a outro prazer (ou dor) e por fim podemos compará-los para ver qual destes tem mais valor e agir em conformidade com o resultado.⁶⁴ Além disto, afirma que os prazeres em igualdade de circunstâncias, o prazer proporcionado por um mero jogo de cartas, por exemplo, é tão bom ou melhor do que o prazer intelectual de ler um livro. Para melhor entendimento desta ideia, segue-se: “Segundo a visão de Bentham, uma pessoa que tivesse todos os prazeres mais simples como, por exemplo, comer, beber, ter relações sexuais etc. teria uma vida melhor do que aquele que usufrísse de prazeres que parecem mais complexos como, estudar, fazer artes, cultivar virtudes etc. desde que os prazeres mais simples ocorressem em maior quantidade. Assim, a vida de um boêmio poderia ser melhor do que a vida de um intelectual, ou como diriam alguns interlocutores de Bentham, a vida de um porco poderia ser melhor do que a vida de uma pessoa.”⁶⁵

Muitos filósofos criticaram a teoria de Bentham, condenando-a, por pensarem que levava ao sensualismo, isto é, a um modo de vida baseado puramente na busca dos prazeres físicos.

⁶³ <https://criticanarede.com/utilitarismo.html>

⁶⁴ Adaptado: Almeida, A., Teixeira, C., Murcho, D., Mateus, P., Galvão, P. (2008), *A Arte de pensar – Filosofia 10º ano, Volume 1*, Lisboa, Plátano editora, p. 156

⁶⁵ https://criticanarede.com/fil_felicidade.html

Jonh Stuart Mill veio propor assim, outro tipo de hedonismo.

Vejamos, tal como o seu padrinho e mestre, Jeremy Bentham, Mill era um filósofo utilitarista, este enfatizava, no princípio da utilidade, a felicidade: «A doutrina que admite, como critério fundador da moralidade, o princípio da utilidade ou da maior felicidade, afirma que as ações são boas (right) ou más (wrong), na medida em que tendem a aumentar a felicidade ou a produzir o contrário da felicidade. Por felicidade, entendemos, o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, a dor e a privação do prazer.»⁶⁶

Pode-se retirar duas ideias importantes deste pequeno excerto:

- Uma ação é moralmente correta, se e só se, tender a aumentar a felicidade.
- A felicidade desdobra-se em prazer e ausência de dor, por isso mesmo, é uma teoria hedonista.

Mill diferentemente de Bentham, afirma que: «Honra seja feita à queles que têm força e coragem para renunciar, por si mesmos, aos prazeres pessoais que a vida proporciona, e contribuem preciosamente, com tal renuncia, para fazer crescer a felicidade no Mundo!// Sim, a moral utilitarista reconhece aos seres humanos o poder de fazerem o mais alto sacrifício do seu próprio bem, pelo bem dos outros.»⁶⁷ sendo assim, Mill introduz a ideia de “ações imparciais” na sua conceção do utilitarismo, sendo de extrema importância, pois cobre a perspetiva utilitarista de um carácter que não se enquadra no puro satisfazer da felicidade individual, mas sim na satisfação de um prazer coletivo. Ser um agente moral, envolve determinar uma ação a partir de um ponto de vista neutro e atentar os interesses e desejos de todos os seres que possam ser afetados por essa ação. No utilitarismo a etnia de uma pessoa, o seu género ou a sua classe social, não afetam o estatuto moral do individuo. A felicidade de cada individuo é importante, como também a de todos os seres sencientes, ou seja, seres capazes de sentir prazer e dor. Esta é a razão por que se afirma que o utilitarismo assenta na imparcialidade.

Além de elevar a outro patamar a proposta de Bentham, a partir da adição desta ideia à sua doutrina, este também o faz ao propor que os prazeres não podem ser medidos somente numa forma quantitativa, mas sim, também de uma forma qualitativa.

⁶⁶ MILL, S., (2004) *Utilitarismo, Tradução, apresentação e guião analítico de Luís Lourenço*, Lisboa: Lisboa editora, p.73

⁶⁷ Idem., p.43

Mill ao afirmar que: «Vale mais um homem insatisfeito do que um porco satisfeito, vale mais Sócrates insatisfeito do que um imbecil satisfeito [...]»⁶⁸, considera que a teoria de Bentham não está de todo completa.

Stuart Mill inova a teoria utilitarista de Bentham, defendendo que, além da duração e da intensidade, temos de atender à qualidade dos prazeres (tal como referido anteriormente). ««Segundo o princípio da felicidade do maior número, (...), o fim último em relação ao qual e através do qual todas as outras coisas se tornam desejáveis (quer consideremos o nosso próprio bem quer consideremos o bem dos outros) é uma existência tanto quanto possível, liberta de dores e cheias de prazeres no duplo ponto de vista da qualidade e da quantidade... A moral utilitarista pode assim ser definida pelo conjunto de regras e dos preceitos aplicáveis à conduta humana por cuja observância poderia ser assegurada a todos os homens, e não apenas a eles, mas a todos os seres sencientes da criação, na mais vasta escala possível e dentro dos limites que o curso da natureza autoriza, [...]»⁶⁹

Senso assim, afirma que os prazeres não são todos iguais. Usufruir de uma atividade física, ou usufruir do prazer de comer um bolo, não tem o mesmo peso que usufruir de um prazer intelectual, tal como ler um livro. Conclui-se, que alguns prazeres seriam superiores a outros. Para Mill os prazeres superiores são os prazeres do intelecto, prazeres que advêm na nossa capacidade racional, ou seja, da nossa razão. Porquê? Porque são os únicos prazeres que nos separam de todos os outros seres sencientes. O prazer de ler um livro, de nos deslumbrarmos com uma obra cinematográfica, de escrever um bom livro, (etc.), não está ao alcance dos outros seres sencientes, além de nós, os seres humanos, por isso mesmo, são superiores. «[...] os prazeres específicos da fruição humana são, pois, superiores em qualidade, intensidade e permanência, pois não derivam só do apetite animal e estão associados ao jogo imaginativo das mais altas faculdades do espírito. // Quem é competente na experiência dos prazeres mais altos e dos prazeres mais baixos manifesta a sua preferência inequívoca pelos prazeres superiores.»⁷⁰ Esta observação foi também observada por Pedro Galvão, citando-o: «Mas o que diferencia estes prazeres e torna preferíveis os que são superiores é algo que está

⁶⁸ MILL, S., (2004) *Utilitarismo, Tradução, apresentação e guião analítico de Luís Lourenço*, Lisboa: Lisboa editora, p.39

⁶⁹ Idem., p.40-41

⁷⁰ MILL, S., (2004) *Utilitarismo, Tradução, apresentação e guião analítico de Luís Lourenço*, Lisboa: Lisboa editora, p.39

presente em sua relação com a natureza humana. Natureza esta na qual os prazeres intelectuais são chamados superiores, deixando em segundo plano os chamados prazeres corpóreos ou também conhecidos como inferiores.» Sendo assim, podemos concluir, que Mill considerava os prazeres superiores os que derivam do nosso intelecto e os prazeres inferiores, os prazeres corpóreos.

Normalmente, por serem de carácter mais fácil, os prazeres inferiores podem ser mais desejáveis para a maioria dos seres humanos. Mas os homens que são conduzidos simplesmente pelo desejo e pelas inclinações, acabam por gozar de uma felicidade um tanto superficial, quiçá momentânea. Levar uma vida só de prazeres inferiores, desorienta o sujeito, desorienta a razão e os princípios do homem, pode-se afirmar que tais desejos fazem com que a vida do ser humano, seja uma vida pobre. Citando Mill: «[...] por tudo o que é nobre e tende ao egoísmo e à indiferença [...] ao entregar-se exclusivamente a uns, já tinham ficado incapacitados de saborear outros.»

Sabendo agora que o utilitarismo é uma ética hedonista, falta refletir porque é que é consequencialista. Parece intuitivo afirmar que o é porque visa a felicidade do homem, sendo esta a finalidade última do ser humano. Mas como é que determinamos que uma ação é moral, sem saber a intenção ou o motivo do agente?

Na ética utilitarista, diferentemente da ética Kantiana, há uma diferença abismal no que toca à intenção e ao motivo do agente. Se na ética Kantiana, a intenção e o motivo eram indissociáveis, na ética utilitarista à uma diferença entre elas.

Vejamos o seguinte exemplo: «Uma pessoa está a conduzir um carro, já de noite. Como é moralmente responsável, conduz de acordo com as regras e com todo o cuidado. Porém, uma criança atravessa a estrada a correr, e, quando o condutor trava, é demasiado tarde. A criança foi atropelada e morreu. O condutor é culpado?» (Espanto, 2021, p.200)

Se formos analisar o caso, o resultado da experiência mental aqui sugerida é que a ação nos parece moralmente incorreta, pois a criança morreu. Mas a teoria consequencialista diz-nos o seguinte: «O consequencialismo é a perspectiva normativa segundo a qual as consequências das nossas **opções** constituem o único padrão fundamental da ética.»⁷¹ Repare-se na palavra “opções”, esta palavra é de extrema importância nesta definição, pois permite-nos afirmar que para uma ação ser moral o agente precisa de ter uma intenção para a realizar. Citando Mill: «A moralidade da ação depende inteiramente da intenção – ou seja, do que o agente quer fazer. Mas o motivo, ou

⁷¹ Dicionário filosófico de Aires de Almeida: <https://criticanarede.com/c.html>

seja, o sentimento que o faz querer fazê-lo, quando não faz diferença no ato, não faz diferença na moralidade, ainda que faça uma grande diferença na nossa avaliação do agente, especialmente se indica uma disposição habitual boa ou má – uma tendência de caráter da qual seja de esperar que surjam ações úteis, ou danosas.»⁷²

Este pequeno excerto, além de afirmar que a intenção é de extrema importância para a moralidade da ação, diferencia-a do termo motivação. A motivação nada é mais do que uma forma para avaliar o caráter do agente, não sendo importante para definir se uma ação é moralmente correta ou não. Ora repare-se: «O motivo não tem seja o que for a ver com a moralidade da ação, apesar de ter muito a ver com o valor do agente. Quem salva o seu semelhante de se afogar faz o que é moralmente correto, quer o seu motivo seja o dever, quer seja a esperança de ser pago pelo incômodo.»⁷³

Portanto, qual a resposta dada por um utilitarista ao caso apresentado anteriormente? A resposta seria que o condutor não tem culpa, pois não tinha intenção em atropelar a criança. Não tendo essa intenção, não podemos julgá-lo moralmente.

Agora em contraste, se a intenção era atropelar a criança, e o condutor esperou que ela estivesse a brincar pelas redondezas antes de avançar com o carro e atropelá-la, então é culpado.

É devido a esta diferença que John Stuart Mill pensava que a moralidade de uma ação depende da intenção que antecede à ação. Nos dois casos, a consequência da ação foi a mesma, ou seja, a criança morreu. Mesmo assim, a ação é imoral no segundo caso, mas não no primeiro.

Resumindo, uma ação só é moral quando temos a intenção, ato voluntário, de promover imparcialmente a felicidade. Se não possuímos essa intenção, a ação não é moral, ou seja, não pode ser avaliada moralmente, mesmo que por um acaso, acabemos por promover a felicidade.

Quando avaliamos moralmente uma ação, o motivo desta não importa. Vejamos o seguinte exemplo: Um rapaz está a brincar na água, numa praia vigiada, onde estão a fazer uma reportagem sobre as águas límpidas da mesma. O rapaz começa a afogar-se e há um indivíduo, com uma necessidade enorme de ser famoso, aproveita que estão a filmar o mar, e vai socorrer o rapaz. A ação dele é moral? A ação dele é moralmente

⁷² Mill, J. S., *A liberdade – utilitarismo*, 2000, Editora: Martins Fontes, p. 150

⁷³ Idem, p.149

correta? A resposta é sim, independentemente do motivo que o levou a agir, a ação foi benéfica para o rapaz que se estava a afogar, promovendo assim a felicidade.

Concluindo, a moralidade de uma ação depende da intenção. Uma ação só é moral quando a intenção é fazer o que naquele contexto promove imparcialmente a maior felicidade. Mas a moralidade de uma ação não depende do motivo que nos fez ter aquela intenção. Mesmo que o tenhamos um motivo imoral, a ação é moral desde que façamos intencionalmente (e não por acaso) o que promove imparcialmente a felicidade. (Espanto, 2021, p.202)

Sabendo que a teoria de Mill passa pela consideração das intenções do agente, falta abordar porque é que esta teoria se classifica como consequencialista.

Relembrando a definição da teoria consequencialista diz-nos o seguinte: «O consequencialismo é a perspetiva normativa segundo a qual as consequências das nossas **opções** constituem o único padrão fundamental da ética.»⁷⁴

Deparamo-nos agora com a questão: Existem regras morais absolutas, na ética utilitarista de J. S. Mill?

Vejamos, para responder a este problema levantado, temos de definir o que são regras morais absolutas. Uma regra moral absoluta determina sempre a mesma ação específica, em qualquer contexto. As regras da teoria ética Kantiana, são absolutas, pois seja qual for o contexto, a ação específica moralmente obrigatória é sempre a mesma, como não mentir, por exemplo. (Espanto, 2021, p.205)

Podemos afirmar o mesmo na teoria de Mill?

Numa teoria consequencialista, como vimos através da sua definição anteriormente, agir de uma forma correta é seguir o curso de uma determinada ação que, ponderada todas as alternativas possíveis e os dados da mesma, se apresenta com a resposta mais promissora para seguir a felicidade ou o bem-estar. Para o utilitarismo, sendo uma teoria consequencialista, não existem regras absolutas ou incondicionais. Porquê? Porque todas as leis são relativas ao contexto em que um determinado indivíduo se encontra. Não podemos afirmar que nenhum ato é certo ou errado em si mesmo, só podemos afirmá-lo quando consideramos o resultado de uma ação.⁷⁵

«Enquanto Cônsul de Portugal em Bordéus no ano da invasão da França pela Alemanha Nazi na Segunda Guerra Mundial, Aristides de Sousa Mendes, desafiou ordens expressas do ditador António de Oliveira Salazar que acumulava a

⁷⁴ Dicionário filosófico de Aires de Almeida: <https://criticanarede.com/c.html>

⁷⁵ FARIA, D., VERÍSSIMO, L., (2020), *Exame filosofia – 11 ano*, Porto: Leya educação, p.121

função de ministro dos Negócios Estrangeiros, e durante três dias e três noites concedeu milhares de vistos de entrada em Portugal a refugiados de várias nacionalidades que desejavam fugir da França em 1940.»⁷⁶ Durante dias, Aristides de Sousa Mendes, esteve com o dilema: Ajudo as pessoas refugiadas e me faço alvo de Salazar, ou ignoro as pessoas que precisam de mim, e mantenho-me e à minha família a salvo? Isto torna-se um dilema porquê? Porque naquela época, Salazar impôs uma lei absoluta de não ajudar os refugiados de guerra.

A resposta utilitarista neste caso, era que tal conflito, tal dilema, não existiria, pois, a partir do princípio da utilidade, o fato de salvar milhares de pessoas da morte iminente, estaria a concretizar o que o critério ético de Stuart Mill aludia, ou seja, uma ação é correta se promover a felicidade de uma forma imparcial, para o maior número de pessoas.

A ação de Aristides Sousa Mendes para Salazar, foi pura desobediência, mas através dessa ação salvou a vida a milhares de homens e mulheres, mesmo assim, devido à desobediência ao ditador, a sua vida sofreu um grande embate, estilhaçando-se como um vidro até ao final da sua vida.

Sendo assim, a crença de existirem leis morais absolutas, é na perspetiva utilitarista de Mill, um impedimento à concretização do princípio da maior felicidade, devido a isso, não faz qualquer sentido criá-las como se algo de intocável se tratassem, pois, pode dar-se o caso de o rompimento dessa lei, potenciar uma quantidade maior felicidade a um maior número de pessoas, do que o seu cumprimento.

A ética das Virtudes de Aristóteles

Como é de conhecimento geral, a conduta humana é orientada por uma panóplia de juízos que delimitam a sua interpretação da realidade e do valor das suas ações. Os seres humanos são capazes de agir, e avaliar as ações provenientes desse mesmo agir, de acordo com um conjunto de valores construídos culturalmente, que determinam, em suma, o que é correto e o que é errado. Deste modo, a ética é responsável pela construção de uma ferramenta de conhecimento para compreender esse conjunto de valores.

Com a passagem da filosofia naturalista do período pré-socrático para a filosofia antropológica marcada por Sócrates, o conhecimento volta-se para a compreensão das relações humanas e é Aristóteles que traz avanços para o desenvolvimento da ética como

⁷⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/Aristides_de_Sousa_Mendes

uma área própria do conhecimento. Aqui houve a primeira viragem de uma perspectiva filosófica que até então não havia, a ética. Considerada agora uma área da filosofia de cariz único e de importante reflexão. A ética torna-se assim uma ciência humana: «A ética é uma ciência prática ou uma ciência da práxis humana, isto é, um saber que tem por objeto a ação. (...) o homem age tendo em vista um fim ou uma finalidade e, portanto, ao agir, atualiza potências para realizar plenamente sua forma.»⁷⁷

Todas as ações humanas têm em vista a procura por esse “bem”. Este “bem” é o que prepara o homem para a vida na pólis.

A ética, como ciência prática, deve orientar os objetivos a serem alcançados e fornecer os dados necessários para alcançar esses mesmos objetivos, ou seja, para conseguir alcançar a felicidade. No início da obra de Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, este concebeu a ética como teleológica, voltada para a produção de um bem e para a consecução de determinados fins, vejamos: «Toda a perícia e todo o processo de investigação, do mesmo modo toda a decisão, parecem lançar-se para um certo bem é aquilo por que tudo anseia. Parece, contudo, haver uma diferença entre os fins: uns são, por um lado, as atividades puras; outros, por outro lado, certos produtos que delas resultam além delas: o produto do seu trabalho.»⁷⁸

Reconhecemos que Aristóteles interpretou a ética como racional e natural. Assim, quem usa a razão pode tomar decisões certas ou erradas. O homem é ético por natureza, e as virtudes aperfeiçoadas pelo hábito podem ou não se desenvolver a partir das suas ações.

Marilena Chaui afirma que Aristóteles defendia que a virtude era algo que se aprendia com o tempo, ou seja, um hábito que se adquire por indivíduos ponderados e racionais. Aqui, a ética tem a propriedade de orientar as pessoas a adquirir hábitos, ou seja, exercer a vontade, para acumular virtude. Podemos observar este pensamento através deste excerto: «A possibilidade de excelência será também dividida em conformidade com esta diferença. Dizemos que umas excelências⁷⁹ são teóricas e outras éticas. A sabedoria, o entendimento e a sensatez, são disposições teóricas; a generosidade e a temperança são disposições éticas. Falando do carácter, não dizemos que alguém é sábio ou entendido em determinadas matérias, mas que é gentil ou é temperado.

⁷⁷ CHAUI, M., introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles, Vol. 1 2ª edição São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 440

⁷⁸ Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, Lisboa: Quetzal textos clássicos, 2020, LIVRO I p.21 – 1094a1

⁷⁹ Com excelências, Aristóteles quis dizer virtudes.

Louvamos, por outro lado, o sábio de acordo com a disposição contemplativa; e em geral chamamos excelências às disposições que são louváveis.»⁸⁰

Filosoficamente falando, virtude (*areté*) significa vigor, potencialidade e vitalidade. Segundo Aristóteles, relaciona-se com o funcionamento da alma, ou seja, é a moderação, o equilíbrio entre dois extremos, a que se chama “o justo meio”, sendo esta a medida exata entre abundância e carência.

Todas as ações humanas visam um fim. Aristóteles vê o “bem” como um bem supremo, como o fim último do ser humano, e este fim, chama-se felicidade, é um bem em si mesmo e algo que é autossuficiente. É uma forma de se aproximar do que é nobre e do que é sagrado. Citando o filósofo: «A felicidade parece, por conseguinte, ser de uma completude plena e autossuficiente, sendo o fim último de todas as ações possíveis»⁸¹ Aristóteles destaca várias formas de como se pode atingir a felicidade. Muitos o viam como um produto do acaso, uns como o dom de Deus, e outros a sua aquisição advinha pelo estudo, mas o autor assim escreve: «(...) Se o que quer que seja posse dos homens é uma dádiva dos deuses, então é plausível que também a felicidade seja uma dádiva divina. De facto, de todas as coisas humanas é a que mais plausivelmente nos é doada pelos deuses, porquanto é a melhor de todas. Mas esta dificuldade talvez seja mais própria de um outro tipo de investigação. Contudo, parece evidente que, mesmo que não seja enviada por um deus, mas surja através da excelência e de uma certa aprendizagem ou disciplina, é das posses humanas mais divinas que há. De facto, o prémio e o fim, da excelência parecem o supremo bem – ser qualquer coisa de divino e de bem-aventurado»⁸²

A ética aristotélica começa então por uma questão: *Em que consiste o bem para o homem?* E a sua resposta é: *A felicidade, ou seja, uma atividade da alma em conformidade com a virtude.*

Mas Aristóteles considerava o homem um ser bipartido, tal como o filósofo Kant, ou seja, o homem é dotado de razão e de natureza (natureza no sentido corpóreo, podemos ser “vítimas” de inclinações pessoais). Como escreve Marilena Chaui, o ser humano vive num conflito constante entre a sua capacidade racional e as suas paixões, o que influencia a sua ética. «Por sua naturalidade, ela é o núcleo de nossa vida ética ou feliz; e por sua violência, ela está na origem de todos os vícios humanos. A presença da paixão como um elemento essencial da ação moral faz com que a tarefa «da ética seja educar nosso desejo

⁸⁰ Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, Lisboa: Quetzal textos clássicos, 2020, LIVRO I p.45 – 1103a9

⁸¹ Idem., p.31 – 1097b22

⁸² Idem., p.36 – 1099b12-1099b17

para que não se torne um vício e colabore com a ação feita por meio da virtude. Em outras palavras, Aristóteles não expulsa a afetividade, mas busca os meios pelos quais o desejo passional se torne desejo virtuoso»⁸³

Assim, as paixões ou os desejos aparecem quando determinado indivíduo é influenciado por fatores externos a ele. Esse desejo é um movimento que representa a dualidade do ser humano: Por um lado, algo que afeta a racionalidade do homem, como os sentimentos e emoções, por outro lado, o carácter que determina como a pessoa se torna virtuosa. Tornar-se virtuosa passa pela nossa razão, passa pela orientação da ética ao adquirirmos o hábito da prudência.

Do ponto de vista de Aristóteles, os desejos são de cariz neutro, e tornam-se maus se não conseguirem ajustar-se a uma medida racional, ou seja, os seres humanos não nascem com a capacidade de serem bons ou maus, eles adquirem essa capacidade, tornando-se boas quando praticam atos morais e más quando não o fazem. Sendo assim, o homem torna-se um ser ético quando escolhe entre o que é bom e útil, tendo em vista o viver bem. A prudência não é considerada uma ciência ou uma arte, mas é a garantia da autonomia e da autossuficiência do ser humano, que lhe permite ter controlo da sua própria vida, libertando-o, em última análise, da escravização causada pela passividade e pelo excesso de prazer.

O tema das virtudes, no sentido da sua praxis, é um dos focos principais da obra *Ética a Nicómaco*, esta ajuda a construir o carácter humano, norteando os nossos costumes. As virtudes humanas relacionam-se com a praxis virtuosa, isto é, agir bem de forma a proceder de uma maneira justa e correta. A felicidade como meta ética é uma atividade anímica correspondente à virtude voltada para o bem coletivo e pessoal. Para ser feliz, uma pessoa deve agir com integridade e pensar em tudo. Só assim, se pode alcançar a *eudaimonia* de Aristóteles.

Pensando neste tipo de perspectiva ética, não há como não mostrar admiração por Aristóteles, pois além desta vertente filosófica, foram inúmeros contributos que este deixou para a história. O filósofo construiu uma ideologia de princípios e condutas que direcionam os indivíduos a agirem de uma forma correta com o intuito de construírem um ideal de felicidade baseado no convívio harmonioso da pólis.

⁸³ CHAUI, M., (2002), *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*, Vol. 1 2ª edição São Paulo: Companhia das letras, p. 144

A obra de Aristóteles, *ética a Nicómaco*, revela que por meio da praxis das virtudes, é exluível alcançar o supremo bem, a felicidade, da prática das virtudes, é possível alcançar a felicidade. Não podemos só viver, temos de viver de uma forma plena. Citando Aristóteles: «O valor fundamental da vida depende da perceção e do poder da contemplação ao invés da mera sobrevivência.» (Aristóteles)

O tema da ética Aristotélica vai ser abordado mais aprofundadamente no capítulo a seguir.

Capítulo 3

«Os conceitos de obrigação e dever – obrigação moral e dever moral, entenda-se – e do que é moralmente correto ou errado, e do sentido moral de «dever», deviam se abandonados [...] Seria um grande progresso se, em vez de «moralmente errado», falássemos sempre um género como «falso», «promíscuo», «injusto».»

G.E.M. Anscombe, *Modern Moral Philosophy* (1958)

O questionamento do homem sobre as virtudes remota à ética clássica grega, onde Aristóteles foi o seu grande impulsionador. Infelizmente com a filosofia moderna, o foco da filosofia moral centrou-se na ética deontológica de Kant, e na ética utilitarista.

Desde que Anscombe, publicou o artigo “*Modern moral philosophy*”, a ética das virtudes começou, novamente, a ser alvo de interesse, desocupando as mentes dos pensadores contemporâneos de uma ética por dever e de uma ética que visa somente a maximização do bem-estar. A filósofa Anscombe é acompanhada por uma mente Aristotélica, onde a ideia de *Eudaimonia*, carácter, vida boa, etc. tem bastante peso.

A ética Aristotélica, é baseada na obra do mesmo, *Ética a Nicómaco*, onde o seu objetivo é expor a ideia de um bem supremo. Sendo que este se refere à finalidade última do homem, a felicidade, onde esta é concebida como a atividade da alma em conformidade com a virtude. Citando o filósofo: «A felicidade é então o bem supremo, o que há de mais esplendoroso e o que dá mais prazer extremo; estas qualidades não podem ser dissociadas.» (ARISTÓTELES, Livro I, 1099a26, 2020)

Sendo a felicidade o bem supremo para Aristóteles, é impossível desassociá-la da virtude, esta conceção torna-se bastante límpida quando analisámos a *Ética a Nicómaco*

de Aristóteles. Após a discussão sobre o conceito de felicidade, o filósofo trata por estudar a existência das virtudes éticas e intelectuais. A prudência⁸⁴, umas das virtudes intelectuais, designada por Aristóteles, é de bastante importância no seu pensamento, dedicando-lhe um livro inteiro, livro VI. Porque é que se torna importante este conceito? Porque a prudência, mesmo sendo de cariz intelectual, atua no campo da moralidade.

Além da distinção entre virtudes éticas e intelectuais, existe uma segunda divisão feita por Aristóteles contemplada no livro VI: A virtude natural e a virtude própria. Onde a prudência surge como algo inseparável da virtude ética. Esta corporação constitui a virtude

autêntica⁸⁵ («Assim, tal como a respeito do poder de formar opiniões há duas formas, a esperteza e a sensatez, assim também a disposição fundamental do carácter humano tem duas formas: por um lado, a excelência natural, por outro lado a excelência em sentido autêntico.»⁸⁶). Este tipo de diferenciação entre a virtude autêntica e a virtude natural, aclara a inquietação de Aristóteles em produzir uma obra onde existe uma orientação para o nosso agir, ou seja, de que forma é que nos podemos tornar bons e de que forma é que podemos viver bem.

Desta forma, precisamos conceber um carácter onde a virtude esteja implementada, o que faz com que seja possível atingir a felicidade, *Eudaimonia*.

Mas como é que podemos atingir uma virtude ética? Aristóteles responde que conseguimos atingi-la a partir do hábito, através da prática de ações virtuosas.

Não obstante, é necessário recordar que Aristóteles também dedica bastante tempo às virtudes particulares, ou seja, à coragem, à justiça, à temperança, etc. É um deleite como as virtudes éticas, e intelectuais estão descritas com rigor na sua obra.

É este tipo de pensamento e rigor que os atuais filósofos contemporâneos, tentaram resgatar.

Por exemplo Anscombe, como foi dito anteriormente, tenta resgatar a ética das virtudes de Aristóteles, pois «tendo em conta o seu diagnóstico da filosofia moral moderna, o desenvolvimento de uma teoria ética mais adequada, que não se focasse no “dever moral” ou na “obrigação moral”. Com efeito, ela argumenta que estes conceitos

⁸⁴ António de Castro Caeiro traduz no livro *Ética a Nicómaco*, Prudência por Sensatez. Na versão: ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caeiro*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos

⁸⁵ Ibidem

⁸⁶ ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caeiro*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos, p.163, 1144b10-1144b15

não são necessários para a ética, sendo até prejudiciais e que, por isso, deveriam ser abandonados. Mas, avançando um passo, Anscombe também defende que é possível desenvolver uma ética sem usar conceitos desse género, usando como exemplo a ética aristotélica.»⁸⁷, ou seja, tal como vim a reparar no decorrer do meu estágio, existe uma necessidade de uma ética que não seja somente a deontológica e a consequencialista, pois os jovens não conseguem se relacionar com uma das duas, o que torna complicado a compreensão das mesmas. A ética Aristotélica, parece-me mais razoável e com vista a um melhoramento pessoal e próprio que como seres humano devíamos almejar. Quem não quer ser a melhor versão de si próprio?

Como introduzir a teoria ética Aristotélica no ensino secundário?

Primeiramente temos de fazer alusão às aprendizagens essenciais. As aprendizagens essenciais abordam o módulo da ética somente através da ética deontológica Kantiana e a ética consequencialista de John Stuart Mill. A questão coloca-se... Este tipo de visão ética, é suficiente para a compreensão de adolescente sobre a ética? Não será que devido à influência do cristianismo, continuemos a abordar uma ética de normas no ensino secundário? Pois, «o ensino moral judaico-cristão tem dominado a compreensão Ocidental da moral: toda a nossa concepção da moral tem sido moldada pela doutrina religiosa e até teorias éticas ateias lhe são imensamente devedoras. Os dez mandamentos apresentam uma lista de vários deveres e atividades proibidas. Estes deveres devem ser cumpridos independentemente das suas consequências: são deveres absolutos.»⁸⁸. Este tipo de moral, está inegavelmente representada na teoria deontológica Kantiana. O tempo tudo transforma, e com isso o nosso mundo também se transformou. O mundo não é igual ao que era desde o início da humanidade, o mundo transformou-se, tal como os seus ideais. Com um mundo em mudança, a nossa educação necessita de acompanhar essa mesma transformação.

Assim proponho neste relatório a mudança das aprendizagens essenciais de filosofia do 10ºano de escolaridade, ou seja, proponho a adição da teoria ética Aristotélica como resposta às teorias: deontológica e consequencialista.

⁸⁷ CADILHA S., MARCELO G., *ÉTICA, MORAL E VIRTUDES: ANSCOMBE E RICŒUR, LEITORES DE ARISTÓTELES*, Ética & Política / Ethics & Politics, XXIII, 2021, 1, pp. 454, retirado de: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/118069/1/CADILHAMARCELO.pdf>

⁸⁸ WARBURTON, N., (2007), *Elementos básicos de filosofia*, Lisboa: Gradiva – publicações, Lda, p.73

Toda a ética relaciona-se com processos pedagógicos e educativos, «é possível afirmar que toda ética possui estreita relação com os processos pedagógicos e que todos os processos educativos são, desde sua natureza e finalidade, processos éticos. Essas afirmações parecem óbvias, certamente não são originais; entretanto, ainda não foram examinadas com a atenção devida. Em nenhuma passagem, Aristóteles diz com clareza que a sua ética possui uma função pedagógica, contudo, isso está implícito. Wolf, em *A Ética a Nicómaco de Aristóteles*, em diversos momentos, aponta as relações entre ética e educação. Além de afirmar que a *eudaimonia* surge pelo exercício e pelo aprendizado, destaca que «Aristóteles deveria defender a tese de que toda e qualquer *areté* ética implica uma norma moral, internalizada no caráter pela educação»⁸⁹

Sendo assim, não podemos descartar a ética Aristotélica da educação, visto que ela pode trazer muitos benefícios aos jovens, benefícios estes, que estão contemplados nos princípios do PASEO⁹⁰ (A virtude, a prudência, a felicidade são termos que estão implícitos nos princípios do PASEO e que com a educação ética Aristotélica podem ajudar o aluno a desenvolver melhor estes princípios.)

Mas como é que essa adição pode resultar?

Para responder a esta questão precisa-se inicialmente pensar, analisar e executar uma aula de teor ético onde colocamos o pensamento Aristotélico como central.

Avaliando as aprendizagens essenciais de filosofia do 10ºano, reparamos na estrutura de como é que o módulo de ética deve ser ensinado:

⁸⁹ Paviani, J., *A função pedagógica da ética em Aristóteles*, Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 110-115, jan./abr. 2012, p.2, retirado de: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84823352011.pdf>

⁹⁰ «**Base humanista** – A escola habilita os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar. **Saber** – O saber está no centro do processo educativo. É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo. Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto. **Aprendizagem** – A ação educativa promove intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida. **Inclusão** – A escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. **Coerência e flexibilidade** – Garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos professores e educadores sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a realidade para o centro das aprendizagens visadas. **Adaptabilidade e ousadia** – Educar no século XXI exige a percepção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções. **Sustentabilidade** – A escola contribui para formar nos alunos a consciência de sustentabilidade, que consiste no estabelecimento, através da inovação política, ética e científica, de relações de sinergia e simbiose duradouras e seguras entre os sistemas social, econômico e tecnológico e o Sistema Terra, de cujo frágil e complexo equilíbrio depende a continuidade histórica da civilização humana. **Estabilidade** – Educar para um perfil de competências alargado requer tempo e persistência. O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória permite fazer face à evolução em qualquer área do saber e ter estabilidade para que o sistema se adeque e produza efeitos». – Documento PASEO, p.12-13

O PROBLEMA DO CRITÉRIO ÉTICO DA MORALIDADE DE UMA AÇÃO ⁹¹	
Emanuel Kant	Stuart Mill
O dever e a lei moral	A intenção e consequências
A boa vontade	O princípio da utilidade
Máxima; imperativo hipotético e imperativo categórico; Heteronomia e autonomia da vontade;	A felicidade; prazeres inferiores e prazeres superiores
Agir em conformidade com o dever e agir por dever	A inexistência de regras morais absolutas
Críticas à ética de Kant	Críticas à ética de Mill

Analisando este quadro, devemos pensar como introduzir os conceitos base da ética das virtudes de Aristóteles. Vejamos, inicialmente podemos afirmar, que, não sendo a ética de Aristóteles, uma ética que visa a responder ao problema do critério ético da moralidade de uma ação, mas antes uma ética que «sistemizada a partir da questão do bem, [...]». Esse bem é, portanto, o “fim” para o qual esse sujeito vive. Na medida que a bondade das ações é pensada na perspectiva dos fins – mais precisamente da realização do fim último da vida do sujeito, um fim global, de toda a vida, que encerra todos os fins particulares, [...]. Uma tarefa desta ética filosófica consistirá, assim, em mostrar a bondade dos fins, ou dito de outro modo, em determinar ou conhecer os fins mais adequados a uma vida humana “boa” ou bem-sucedida, [...]. Todavia, estes fins não são traduzidos num sistema de princípios, como acontece, por exemplo, no utilitarismo moderno, [...] mas tratados na dupla perspectiva do fim “último” de uma vida, da “felicidade” que todo e qualquer ser humano naturalmente deseja, e das qualidades e capacidades que o sujeito terá de possuir para realizar esse fim, das chamadas virtudes.»⁹²

Assim, devemos sempre, para introduzir um tema, problematizar, de acordo com o projeto MAIA⁹³ (projeto que me acompanhou durante o meu estágio de educação em

⁹¹ Documento: *Aprendizagens essenciais de filosofia do 10º ano*, p. 9-10

⁹² Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.131-132

⁹³ «O Projeto MAIA - Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica - é um projeto multidimensional no âmbito do qual se discutem questões curriculares e pedagógicas, questões teóricas e práticas de ensino, aprendizagem e avaliação, bem como das questões da formação contínua e do desenvolvimento profissional dos professores. O projeto tem diversas dimensões que importa sublinhar: Teórica e de Fundamentos; Conceitual; Capacitação; Acompanhamento e Investigação.» RETIRADO DE: <https://afc.dge.mec.pt/projeto-maia-introducao>

filosofia no ensino secundário, na escola Almeida Garrett, em Vila Nova de Gaia. Com problematizar, de acordo com as aprendizagens essenciais, pretende-se que o aluno seja capaz de identificar, formalizar e relacionar com clareza e rigor os problemas filosóficos e justificar a sua pertinência.⁹⁴

Sendo assim, o problema com que nos deparamos, relacionado com a ética das virtudes de Aristóteles, é: *De que forma nos podemos tornar “bons” para realizar o fim último do homem (a felicidade)? Qual o objeto de estudo desta ética das virtudes?*

O objeto é o “bem”, ou seja, o “bem humano”, «um valor suscetível de se realizar no mundo sensível e contingente onde o homem vive, mas apenas através da experiência humana desse mundo. O valor é uma realidade mundana, mas dependente da experiência humana, o sujeito ético.»⁹⁵

Para responder à questão inicialmente feita, a resposta passa por: conseguimos ser bons, ao realizar ações éticas que provêm das nossas virtudes, e estas, «adquirem-se através de um processo de habituação que, em linguagem moderna, se poderia caracterizar como sendo de interiorização de normas e socialização dos sujeitos.»⁹⁶

Até aqui, conseguimos distinguir vários conceitos fundamentais nas aprendizagens desta ética: bem, virtude, hábito e felicidade.

Como já foi citado, a finalidade última do ser humano, para Aristóteles, é a felicidade. É de reparar que a finalidade para Aristóteles e para Stuart Mill, parece-nos igual. Mas será que o é? Se fosse, porque é que tentava demonstrar que a introdução de uma ética das virtudes, nas aprendizagens essenciais, era uma mais-valia? Vamos analisar.

Tal como a ética das virtudes, o utilitarismo é uma ética orientada para um “bem, o qual constitui o “fim” de uma determinada ação. Ambas as éticas podem ser consideradas de éticas teleológicas.

Mas existe diferenças abismais entre estes dois tipos de ética. No caso da ética das virtudes, o “bem”, se considerarmos a ética de Aristóteles, é uma vida humana considerada boa. «Para viver uma “vida boa”, alcançar a “felicidade”, a *eudaimonia*, é necessário, na perspetiva de Aristóteles, reunir várias condições, vários “bens” parciais.»⁹⁷ Em contrapartida, a ética utilitarista de John Stuart Mill, «tenta reduzir o bem a um conteúdo substancial, a um “valor” simples, material e quantificável».⁹⁸ Para que

⁹⁴ Documento: *Aprendizagens essenciais*, p.3

⁹⁵ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.133

⁹⁶ *Ibidem*

⁹⁷ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.99

⁹⁸ *Ibidem*

isto pudesse acontecer, foram propostos conceitos como o prazer e o bem-estar, « é a partir de um tal valor base, tomado como unidade de cálculo, que se pode calcular, em seguida, o “bem integrado”, o nível (quantitativo) de “bem”, existente num dado momento num dado grupo ou sociedade»⁹⁹. Ao contrário da ética das virtudes que afirma que o “bem” é uma forma pura, é um bem absoluto e único. Podemos constatar isto no livro de José Manuel dos Santos, que afirma que na ética das virtudes, «o bem é uma pura *forma*, a forma de uma vida individual com as suas múltiplas dimensões e componentes. Por conseguinte, não é suscetível de quantificação, “integração” ou “maximização”, é, por assim dizer, um bem absoluto e único, o verdadeiro Bem»¹⁰⁰.

Tendo em consideração esta abordagem ética (ética das virtudes), o utilitarismo (e as suas parecenças com a finalidade da ética Aristotélica) e a ética deontológica Kantiana (que nos parece a ética que mais se distancia da perspectiva Aristotélica), podemos sintetizar as características da ética das virtudes de acordo com os critérios já aplicados ao utilitarismo e à deontologia, a saber: «a) orientação da ação, b) relação entre o *bem* e o *justo*¹⁰¹, e c) relação da ação com as suas consequências»¹⁰².

Senso assim, na ética das virtudes: «A) A ação ética visa, na sua intenção, a realização do bem. B) o eticamente justo e o eticamente bom não são redutíveis um ao outro. O justo é parte integrante do bem. C) o bem, apesar de se realizar na forma das ações, não resulta da maximização das boas consequências das ações»¹⁰³.

Após esta síntese, repara-se que, da perspectiva do critério a), ou seja, «a ação ética visa, na sua intenção, a realização do bem»¹⁰⁴, a ética de Aristóteles aproxima-se da de Mill, à ética utilitarista, mesmo tendo em consideração as diferenças abismais na

⁹⁹ Ibidem

¹⁰⁰ Ibidem

¹⁰¹ «[...] a ética das virtudes não conhece a conceção moderna, polar e antagónica do “bem” e do “justo”, utilizada na discussão ética contemporânea, tanto pelos utilitaristas como pelos seus adversários deontologistas, na disputa pelo “valor” supremo suscetível de unificar o campo da moralidade. No utilitarismo, o campo do ético é unificado a partir do “bem”, um hipervalor, de certo modo, metaético, sendo o “justo” reduzido ou convertido ao “bem” e ficando totalmente dependente deste. Neste sentido, o justo é apenas o predicado de uma ação que contribui para realizar ou maximizar o bem. Na deontologia, ao contrário, a unificação faz-se a partir do “justo” (ou, em termos kantianos, do “dever” ou da “lei moral”), sendo todo e qualquer “bem” reduzido ao “justo”, ou seja, traduzido em termos de “legalidade” moral. Já a ética antiga das virtudes não conhece esta dicotomia de hipervalores do “bem” e do “justo”, e as éticas modernas das virtudes não reconhecem a sua pertinência. Na ética teleológica antiga, a justiça é parte integrante do bem e não um hipervalor concorrente. A vida humana comporta uma importante dimensão, a relação com outrem, no cerne da qual se coloca a questão da justiça. Mesmo se o justo é uma parte do bem, ou dito de outra forma, uma dimensão da vida humana extremamente importante, não se vê a necessidade de “reduzir” uma dimensão ao todo ou concentrar o todo numa das suas dimensões.» Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.99-100

¹⁰² Idem., p.100

¹⁰³ Ibidem

¹⁰⁴ Ibidem

concepção do “bem” para ambos, e afasta-se da deontologia Kantiana. Considerando o ponto c), ou seja, «o bem, apesar de se realizar na forma das ações, não resulta da maximização das boas consequências das ações»¹⁰⁵, a ética das virtudes aproxima-se mais da ética deontológica, afastando-se do utilitarismo, porque Aristóteles não tem em consideração, em relação às ações, a maximização das boas consequências, a um nível geral. Pois, para o filósofo em questão, qualquer tipo de ação é, em si mesma, importante dado que faz parte de uma vida, que para ser tida como “boa”, tem de ser boa na sua plenitude, em todas as ações realizadas. Sendo assim, conforme José Manuel Santos refere, «Na ética das virtudes a ação tem, portanto, um valor intrínseco que lhe é conferido pela “forma” virtuosa. Um ato corajoso é um ato belo *que vale por si*, mesmo se é um ato “inútil” ou até de consequências negativas para o “prazer”, o “bem-estar” ou as “preferências” do sujeito.»¹⁰⁶ Parece-nos, então, que por este prisma a ética das virtudes aproxima-se da deontologia. Porém, a ética aristotélica não pode ser inteiramente alheia às consequências da ação, como a ética deontológica de Kant. Tal como José Manuel Santos refere na sua obra, «[...] o que acontece na sequência de uma ação, as consequências dessa ação, também faz parte da mesma vida, e deve ser tido em consideração. Há ações isoladas, ou mesmo únicas, que, só por si, podem dar a uma vida todo o seu valor. Na perspetiva da ética das virtudes, no caso do paradoxo do assassino, o “homem prudente”, provido da virtude intelectual mais importante do ponto de vista ético (a sabedoria prática, *phronêsis*), mentirá para salvar uma vida alheia, incluindo na sua própria vida uma ação louvável.»¹⁰⁷

Repare-se que a ética das virtudes não rejeita ponderar as consequências de um ato, mas diferentemente do utilitarismo, rejeita pensar no “bem” como um conglomerado e maximização de «uma substância abstrata»¹⁰⁸. Neste ponto, a ética das virtudes está a par da deontologia, pois ambas se rejeitam uma quantificação do bem. Sendo este bem, na ética de Aristóteles, a própria vida do indivíduo na sua integralidade e complexidade.

Sendo assim, e depois de termos comparado as três éticas e os seus principais conceitos, atrevo-me a completar a tabela inicial retirada das aprendizagens essenciais, adicionando os conceitos principais da ética Aristotélica.

Problema: De que forma devo viver?

¹⁰⁵ Ibidem

¹⁰⁶ Idem, p.100-101

¹⁰⁷ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.101

¹⁰⁸ Ibidem

ARISTÓTELES
Bem, fim, felicidade (eudaimonia)
O conceito de Virtude e as virtudes éticas;
O Carácter e o Justo meio
Prudência
Críticas à ética Aristotélica

O que nos leva agora à parte de conceptualização dos conceitos escritos, de acordo com o projeto MAIA. A conceptualização, de acordo com as aprendizagens essenciais do 10ºano de filosofia, tem como intuito o aluno saber identificar, clarificar e relacionar com clareza e rigor os conceitos filosóficos e ter a capacidade de os mobilizar na compreensão e formulação de problemas, teses e argumentos filosóficos.¹⁰⁹

O bem, o fim e a felicidade

Aristóteles estipula dois tipos de critérios que lhe permitem determinar o bem que visa ao fim último do homem. É de rever que o “bem”, advém do agir humano, é um objeto de desejo, no qual se obtém um resultado ou um fim de uma ação, sendo assim, o “bem” a que nos referimos, é um “bem” que advém da perspetiva do individuo. Só um agente racional é capaz de agir de forma intencional, para um determinado bem.

Assim sendo, o primeiro critério que Aristóteles expôs, na sua obra *Ética a Nicómaco*, é um Bem que corresponde realmente a um fim, ou seja, «que não se trate apenas de um bem em si, mas igualmente de um bem que *não* possa ser meio ou condição para alcançar outro fim mais importante sob algum aspeto»¹¹⁰, diferentemente da ética utilitarista de Jonh Stuart Mill. Aristóteles tem isso presente nesta passagem: «Pois, tal como para o tocador de flauta e para o escultor de imagens, para todo o perito e, em geral, para tudo o que tem uma certa função e um procedimento prático, o bem e o que foi obtido de uma forma correta parecem existir justamente no exercício da função própria que têm, assim também poderá parecer que acontece o mesmo com o Humano, caso haja uma função específica que lhe seja própria.»¹¹¹

¹⁰⁹ Documento: *Aprendizagens essenciais*, p.3

¹¹⁰ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.138

¹¹¹ ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caeiro*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos, p.32, 1097a27-1097a30

O segundo critério é «um tal Bem confira à vida de quem possui uma *autarkeia*, a “auto-suficiência” de quem tem tudo o que deseja e não deseja absolutamente mais nada, dito de outro modo, que esse Bem realize a “satisfação completa do desejo”.»¹¹² Na ética a Nicómaco, este pensamento está na seguinte passagem: «nós entendemos por “auto-suficiente” aquilo que, existindo num isolamento de si, torna a vida uma escolha possível, não precisando de mais nenhum acrescento. Cuidamos que uma coisa deste género é a felicidade; demais, cuidamos que a felicidade é, de entre todas as coisas boas, a favorita, mesmo sem ser levada em consideração com as outras. Se fosse levada em consideração com todas as coisas boas, ela seria preferível quando acrescentada de um bem – porque, por mais íntimo que fosse, constituirá sempre um acréscimo de bem, e um bem maior é sempre a melhor possibilidade de escolha»¹¹³

Só há algo que consegue preencher estes dois critérios, Aristóteles estipulou-o como felicidade: «existe um consenso geral em que o Bem supremo (*to ariston*) é a felicidade»¹¹⁴

A felicidade para o filósofo será sempre um bem maior, sendo assim, este bem é sempre a melhor possibilidade de escolha. «A felicidade parece, por conseguinte, ser de uma completude plena e auto-suficiente, sendo o fim último de todas as acções possíveis.»¹¹⁵

Mas o que é a felicidade em si?

Para responder a esta questão, Aristóteles opta por uma resposta de cariz ontológico e naturalista. Diferentemente como os modernos, que pensam que a felicidade é um sentimento subjetivo, Aristóteles definiu como: «[...] a determinação do conteúdo da felicidade poderia ser pensada a partir do que possa ser uma vida humana, o mesmo é dizer do que possa ser o homem ou a natureza do homem»¹¹⁶

Sendo assim, Aristóteles, a partir desta perspetiva vai formular uma definição de *eudaimonia*., a partir do argumento de *ergon*¹¹⁷.

¹¹² Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.138

¹¹³ ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caeiro*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos, p.31 1097b14-1097b20

¹¹⁴ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.138

¹¹⁵ ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caeiro*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos, p.31 1097b20-1097b25

¹¹⁶ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.139

¹¹⁷ «Este termo, que pode significar «actividade», «trabalho», «tarefa» ou «obra», é frequentemente traduzido, de modo algo problemático, por «função». *O ergon*, de acordo com o próprio Aristóteles, tem já em grego, dois sentidos: por um lado significa uma actividade, um acto ou um trabalho, por outro o resultado dessa actividade ou trabalho.» Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.140

Tal como o próprio filósofo argumenta, o *ergon* realiza o fim para o qual cada ser vivo existe: «“Todos os seres que têm uma dada tarefa (*ergon*)”, ou seja, todos os seres vivos, “existem com vista ao exercício dessa tarefa”.»¹¹⁸

Um exemplo disso, pode ser encontrado na obra *Ética a Nicómaco* de Aristóteles: «[...] tal como para o tocador de flauta e o escultor de imagens, para todo o perito e, em geral, para tudo o que tem uma certa função e um procedimento prático, o bem e o que foi obtido de uma forma correcta parecem existir justamente no exercício da função própria que têm, assim também poderá parecer que acontece o mesmo com o Humano, caso haja uma função específica que lhe seja própria.»¹¹⁹

Avaliando esta passagem podemos concluir que, por exemplo, sendo o flautista um ser humano, este não teria apenas o *ergon* enquanto artista musical, mas também um enquanto ser humano. Sendo assim, como o ser humano é o único ser com capacidades racionais, comparativamente aos outros seres vivos, então esta comporta uma alma que possui o *logos*¹²⁰, o *ergon* do homem pode inicialmente ser definido como «a atividade da alma conformada por uma excelência, [...]»¹²¹ Assim sendo, esta excelência é própria do homem, no desempenho do *ergon*, na realização de uma atividade. ao mesmo tempo o termo, de excelência, designa uma capacidade ou uma qualidade específica, que pode ser intitulada como “virtude”. (trataremos deste termo mais adiante)

A felicidade ou a *eudaimonia* é, assim, «exercício correto e perfeito de capacidades predominantemente intelectuais próprias do homem. Mais concretamente, estas capacidades intelectuais estão na origem de atividades técnicas, científicas e práticas.»¹²²

O conceito de Virtude e as virtudes éticas

Tal como terminou o último subcapítulo, a felicidade ou a *eudaimonia* é, assim, «exercício correto e perfeito de capacidades predominantemente intelectuais próprias do

¹¹⁸ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.140

¹¹⁹ ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caeiro*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos, p.31-32 1097b25-1097b30

¹²⁰ Razão

¹²¹ ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caeiro*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos, p.33 1098a15 -1098a20

¹²² Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.142-143

homem. Mais concretamente, estas capacidades intelectuais estão na origem de atividades técnicas, científicas e práticas.»¹²³

Mas o que se pode afirmar com estas capacidades intelectuais?

Sendo o fim último do homem a *eudaimonia*, ou seja, a felicidade, e esta por definição de Aristóteles é uma atividade da alma em conformidade com a virtude, ou excelência perfeita. Sendo a virtude o elemento central da *eudaimonia*.

Mas o que é a virtude?

As virtudes, conforme Aristóteles, são as qualidades por excelência do Homem enquanto sujeito ético, ou seja, «o conceito de virtude refere-se, por conseguinte, a qualidades ou propriedades do sujeito relativas ao agir, por oposição a qualidades, por assim dizer, estáticas como, por exemplo, a cor, a dimensão, o aspeto, etc., e consideradas boas. Uma virtude é uma capacidade performativa, a capacidade de executar determinados atos de maneira excelente. [...] As virtudes propriamente humanas são as da alma.»¹²⁴

Mas como é que a virtude conduz o nosso agir?

Aristóteles faz uma distinção, ou seja, começa por distinguir duas partes da alma, sendo uma as virtudes práticas ou virtudes éticas (alicerçadas aos hábitos e aos costumes) e a outra as virtudes intelectuais (alicerçadas à alma racional do ser humano).

O agir conforme a moral, ou o agir ético está relacionado com a atividade das virtudes intelectuais ou dianoéticas¹²⁵, sendo estas a fonte de maior felicidade para o Homem. As virtudes intelectuais, por sua vez, são as que têm ligação à contemplação, ou seja, à razão que se encontra na alma do ser humano. Na perspetiva de Aristóteles, o Homem é dotado de um conhecimento que advém da sua natureza, tal como o apetite de comer algo que nos impulsiona para uma ação com a finalidade de prazer ou satisfação, o homem como um ser possuidor de razão encontra a sua satisfação ou prazer na contemplação. Estas virtudes têm como finalidade o prazer do conhecimento. Mas aqui há uma diferença abismal entre o pensamento de Jonh Stuart Mill e o pensamento Aristotélico. Aristóteles não define como Mill que a felicidade é a o prazer e a ausência de dor, este, faz uma distinção entre estes dois conceitos: felicidade e prazer. A felicidade é o fim último do homem, como já se concluiu, já o prazer é algo que a complementa, é algo que se realiza momentaneamente, não tendendo a nada e extinguindo-se em si

¹²³ Ibidem

¹²⁴ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.-154-155

¹²⁵ Este termo advém da palavra *dianoia*, que significa inteligência ou intelecto.

mesmo. Na tabela seguinte podemos observar que também estas virtudes estão divididas em partes, uma parte calculadora, relativa à prudência¹²⁶ (conceito central da ética Aristotélica, que acaba por ser a virtude estruturante da vida prática humana), e outra parte científica, relativa ao conhecimento teórico.

Vejamos no seguinte quadro, retirado do livro de José Manuel dos Santos¹²⁷:

PARTES DA ALMA E RESPECTIVAS VIRTUDES			
Alma, psychê			
Parte irracional, <i>alogon</i>		Parte racional, <i>logon echon</i>	
Parte vegetativa (<i>phytikon</i>)	Parte desejan- te (<i>orektikon</i>)	Parte calculadora (<i>logistikon</i>)	Parte científica (<i>epistemonikon</i>)
«Virtudes» do crescimento e nutrição	«Virtudes éticas (<i>ethikai arêtai</i>)	Virtudes dianoéticas 1) Prudência (<i>phronêsis</i>)	Virtudes dianoéticas 2) sabedoria (teórica) (<i>sophia</i>)

Uma das características fundamentais da ética Aristotélica é a capacidade incrível que este tem de simetria e complementaridade entre as virtudes éticas e as virtudes dianoéticas.

Tal como podemos verificar nesta tabela, as virtudes éticas além de ter uma subparte relacionada com o desejo, estas também têm por base as virtudes relacionadas com o carácter, como por exemplo, a coragem, a justiça, etc., estas virtudes estão relacionadas ao apetite da alma, ou seja, a parte privada do *logos*. Acontece que estas virtudes só conseguem ser consideradas com a articulação com as virtudes dianoéticas de Aristóteles, ou seja, deverão obedecer à razão, «a um princípio prudencial do agir, a uma máxima razoável da acção formulada na reflexão da parte racional»¹²⁸, mas nem por isso são indispensáveis à vida humana.

Mas estas virtudes são naturais ao ser humano?

¹²⁶ «O papel da prudência, virtude intelectual, é de ser o elemento regulador e reflexivo, por assim dizer o maestro, das virtudes éticas ou caracteriais. Ela é a virtude dominante, o chefe de orquestra que dá o lá, o ritmo e a medida às virtudes do carácter.» Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.157

¹²⁷ Ibidem

¹²⁸ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.157

Aristóteles responde que não, estas são adquiridas, tanto as virtudes dianoéticas como as virtudes éticas. Vejamos, tal como José Manuel dos Santos afirma no seu livro: «Todavia, na aquisição das virtudes éticas, na formação do *êthos*¹²⁹, a necessidade de um esforço e a existência de uma inércia de aquisição está muito mais marcada. As virtudes do carácter não se adquirem por simples aprendizagem teórica ou acumulação de experiências, como acontece no caso das intelectuais, relativas ao conhecimento e à ciência, mas através de um processo de habituação. A aquisição de uma virtude ética supõe a prática reiterada de ações virtuosas, um exercício à primeira vista análogo ao da aquisição de uma virtuosidade técnica ligada ao corpo, como, por exemplo, a dança ou a capacidade de tocar um instrumento. Todavia, o modo aquisição de virtudes não é exatamente idêntico ao de virtuosidades técnicas. No caso das virtudes, para praticar boas ações, é preciso *ser* virtuoso, ou seja, já possuir à partida as respetivas virtudes éticas. Assim, a posse de coragem é condição de ações corajosas. Ao mesmo tempo, a prática destas habitua à coragem. Existe um paradoxo na aquisição da virtude: para praticar ações corajosas é preciso já ser corajoso, mas só nos tornamos corajosos através da prática de ações deste tipo. O problema que põe o aparente círculo vicioso desta teoria é resolvido por Aristóteles como recurso a uma teoria pedagógica: as virtudes éticas fundamentais adquirem-se na infância através da educação.»¹³⁰

O que José Manuel dos Santos afirma neste pequeno excerto é que as virtudes intelectuais são adquiridas através do estudo e acumulação de experiências e as virtudes éticas, são adquiridas por meio de habituação, sendo que as virtudes éticas básicas, são adquiridas na infância, por meio da educação. Ou seja, elas não são inatas, mas sim adquiridas ao longo do tempo através do hábito e da prática dessas mesmas virtudes.

O Carácter e o Justo - meio

Tal como já referi, Aristóteles defendia que o ser humano era um ser bipartido, ou seja, ele é natureza e razão, por isso mesmo, existe uma tensão entre o desejo do homem e a sua racionalidade. A *eudaimonia*, a felicidade, depende do controlo do desejo em prol da reflexão racional do *logos*. Sendo assim, é agora possível falarmos do carácter.

A importância do carácter na filosofia ética de Aristóteles, advém da sua génese, «[...] o carácter [...], forma-se nas primeiras fases da vida do sujeito através de um

¹²⁹ Carácter

¹³⁰ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.158

processo de habituação. Subjacente a esta teoria a ideia de um esforço que é necessário fazer para dar forma “racional” ao carácter, o mesmo é dizer ao desejo, ou seja, à parte “desejante” da alma». ¹³¹

Tal como escreve José Manuel dos Santos, «A importância da teoria da aquisição das virtudes por habituação e a ideia que lhe é subjacente, da inércia do carácter explicam a conceção aristotélica da ética, enquanto disciplina filosófica autónoma, como “disciplina do carácter”, essa ideia leva a Aristóteles a conferir à ética um cunho fortemente prático que a distingue das disciplinas propriamente teóricas da filosofia. Enquanto “disciplina do carácter”, a ética tem um duplo objetivo: um objetivo, por assim dizer, teórico-prático – o conhecimento do que é o carácter, dos seus elementos, as virtudes, e das suas formas possíveis, boas ou más – e um objetivo propriamente prático, o principal e final, aos olhos de Aristóteles, que reside na formação e transformação, no sentido do aperfeiçoamento, do carácter dos que levam a cabo estudos de ética.»

Assim sendo, a finalidade da ética aristotélica é estudar a virtude, não para saber o que ela é na sua essência, mas sim de que forma nos podemos tornar bons, ou melhor, de que forma nos podemos tornar a melhor versão de nós próprios.

Cada indivíduo possui um carácter distinto, possuindo assim, desejos diferentes. Independentemente disto, cada indivíduo tem na composição do seu carácter, vícios por excesso ou por defeito, ou seja, falta de ponderação ou moderação de algo, como por exemplo: existe a coragem como virtude, mas como sabemos que a coragem não é um vício? A coragem encontra-se entre dois extremos, a temeridade, sendo este o excesso de coragem, e a covardia, sendo este o defeito da mesma, isto é a falta de coragem.

Sendo assim, repara-se que a coragem se encontra no meio de dois extremos opostos. Aristóteles chama-lhe “o meio-termo”, é neste meio termo que encontramos a virtude. Já um antigo ditado dizia: “A virtude, está no meio.” Não posso deixar de reparar que este provérbio advém da ética Aristotélica das virtudes.

Já analisamos que a virtude «refere-se, por conseguinte, a qualidades ou propriedades do sujeito relativas ao agir, por oposição a qualidades, por assim dizer, estáticas como, por exemplo, a cor, a dimensão, o aspeto, etc., e consideradas boas. Uma virtude é uma capacidade performativa, a capacidade de executar determinados atos de maneira excelente. [...] As virtudes propriamente humanas são as da alma.» ¹³²

Aristóteles segundo José Manuel dos Santos, dá a seguinte definição de virtude:

¹³¹ Ibidem

¹³² Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.-154-155

«A virtude [ética] é
[a] uma disposição
[b]a optar
[c] que consiste numa mediania [d] relativa a nós,
[e] determina segundo uma regra, [f] tal como determinaria o homem prudente.»¹³³

Esta definição serve para reparamos que Aristóteles define a virtude como uma disposição de carácter que se encontra no meio de um sentido orientador. Vejamos Aristóteles define-a melhor na sua obra: «A excelência é, portanto, uma disposição de carácter escolhida antecipadamente. Ela está situada no meio e é definida relativamente a nós pelo sentido orientador, princípio segundo o qual também o sensato a definirá para si próprio. A situação do meio existe entre duas perversões: a do excesso e a do defeito.»¹³⁴

Assim, a virtude encontra-se no meio-termo entre dois extremos opostos relativamente a nós mesmos, ou seja, cada indivíduo necessita de ver o contexto onde se encontra para depois determinar o correto ou o incorreto a fazer.

O filósofo vê que é impossível procurar o meio termo em todos os contextos possíveis, «[...] nem toda a ação, nem toda a afeição, admitem uma posição intermédia. Podem ser nomeadas algumas afeições que estão logo implicadas na perversidade, como a maldade, a falta de vergonha, a inveja, e o mesmo se passa com alguns nomes de ações como o adultério, o roubo, o homicídio. Todas estas ações e afeições, e outras deste género, são compreendidas como sendo perversas de forma absoluta e não por constituírem excessos ou defeitos.»¹³⁵

Mesmo sabendo que em alguns contextos é impossível procurar o meio-termo, Aristóteles acaba por eleger algumas virtudes, expondo os seus possíveis vícios e a sua possível esfera de ação (ANEXO- pág. 168), tal como a coragem, sendo que o vício por excesso é a temeridade, o vício por defeito é a cobardia e a sua esfera de ação¹³⁶ encontra-se no medo, na confiança e na segurança.

Concluindo: «1) a excelência ética é uma disposição intermédia e de que modo assim é; 2) depois, também, que a disposição intermédia está entre duas disposições

¹³³ Idem., p.-160

¹³⁴ ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caetano*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos, p.57 1106b36 -1107a4

¹³⁵ Idem, p.57 1107a10 -1107a15

¹³⁶ A esfera de ação, relaciona-se com a emoção, ou seja, a uma reação natural de uma situação vivida, sendo esta uma reação racional.

perversas, uma segundo o excesso, outra segundo o defeito; 3) finalmente, que a disposição intermédia é assim por visar alcançar o meio tanto nas afeções como nas ações.»¹³⁷

A prudência

Para Aristóteles as virtudes éticas são determinações que se encontram no carácter de uma gente, por meio do hábito, para agir de maneira correta, na panóplia de dimensões da vida do ser humano. Uma ação considerada virtuosa depende da nossa capacidade de controlo das nossas emoções, emoções estas, que são uma reação a uma situação vivida. Agir de maneira correta, conforme a virtude, passa pelo controlo racional das nossas emoções. Tal como José Manuel Santos afirma: «[...] a virtude ética é uma disposição para agir de acordo com uma medida correta que se exprime numa “regra correta” da ação.»¹³⁸

Mas qual a origem desta regra de ação? E como é que podemos determiná-la?

Para Aristóteles uma regra como esta não pode advir de uma regra geral, de um princípio ético tal como a “lei moral” de Emmanuel Kant, que seria aplicada à forma das ações, não tendo em conta as consequências das mesmas. A resposta de Aristóteles passa por «colocar as virtudes éticas adquiridas, no seu funcionamento concreto, na dependência não de uma regra superior e universal, ou de um sistema de regras, mas de uma “virtude intelectual”, ou seja, uma *capacidade intelectual* para discernir a “regra correta” tendo em conta a complexidade da situação e das circunstâncias, objetivas e subjetivas.»¹³⁹

Esta faculdade, que se define como uma forma de pensamento especializado em problemas relacionados com a esfera da ação prática, é uma virtude intelectual, a que Aristóteles chama de *phronêsis*, ou seja, prudência.

A prática das virtudes éticas depende de forma direta da prudência. A dependência que se evidencia, está visível na própria definição de “virtudes éticas”, ou seja, «estipula

¹³⁷ ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caeiro*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos, p.62 1109a20-1109a25

¹³⁸ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.177

¹³⁹ Idem., p.178

que a “regra correta” que determina a mediana “é tal como a determina o prudente.»¹⁴⁰ O prudente, por sua vez, «é aquele que possui a regra correta.»¹⁴¹

Sendo assim, possuir esta virtude, a prudência, é possuir a regra correta em toda a ação particular. Isto não quer dizer que se abdica de uma universalidade do bem, que a ética deontológica aclara na lei moral universal. A ambição ao universal está na sua capacidade.

No livro VI da ética a Nicómaco de Aristóteles, este procede à explicação do que é a prudência e como é que se forma o homem prudente.

Aristóteles começa por definir a prudência através do que será o homem prudente. O homem prudente é aquele que é capaz de determinar o que são as coisas uteis e boas em si, ou seja, um individuo que sabe deliberar de forma correta. Pode-se confirmar este aspeto da prudência através do livro de Chui, *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*: «Quanto à prudência, poderíamos apreender [o que ela é] considerando quais homens qualificamos de prudentes. É nossa opinião que é prudente aquele que é capaz de bem deliberar sobre as coisas boas e úteis para si, e isso não de maneira parcial, como, por exemplo, que coisas são boas para a saúde e para a força física, mas com respeito ao bem-viver em sua totalidade. São também prudentes aqueles que sabem calcular em vista de algum fim honesto relativamente ao qual não há nenhuma arte. De maneira, geral, o homem prudente é aquele que sabe deliberar [...]. A prudência não é nem ciência nem arte. Não é uma ciência porque o objeto do agir pode ser diferentemente do que ele é; não é uma arte porque agir e fabricar são diferentes quanto ao gênero. A prudência é uma disposição prática, estável e razoável concernente às coisas boas e más para o homem»¹⁴²

Como a virtude é o justo meio, onde a prudência é a conjetura de todas as virtudes éticas, «[...] sabedoria prática que lida com o contingente e com o tempo, com aquilo que pode ser de outra maneira e com aquilo de que não há arte, isto é, regras preestabelecidas.»¹⁴³

O homem prudente, tal como escreve Aristóteles, não escolhe entre bens, mas detém um ordenamento prático para escolher, em qualquer situação, de forma correta,

¹⁴⁰ Ibidem, p.178

¹⁴¹ ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caeiro*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos, p.145, 1138b22

¹⁴² CHAUI, M., (2002), *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*, Vol. 1 2º edição São Paulo: Companhia das letras, p. 454

¹⁴³ Ibidem

pois escolhe sobre a totalidade do viver bem. Devido a tal, é capaz de fornecer regras de conduta. É, também, o indivíduo que, em qualquer circunstância, delibera de forma correta, «[...] percebendo com clareza a qualidade do fim e dos meios, a conveniência entre eles, pois é capaz de determinar e reconhecer em cada ação o justo meio ou a medida, ou a norma do bem-agir a ser seguida pelo desejo»¹⁴⁴.

A prudência orienta a deliberação racional, pois é apta a escolher entre o bem e o mal e, também tem a capacidade de escolher entre os meios e os fins das relações convenientes. A prudência, é assim, relevante, pois tem em si as três condições essenciais para que uma ação seja considerada virtuosa, e por isso mesmo, é com ela que entendemos melhor a finalidade da ética: «[...] tomar um homem agente, e o agente, autossuficiente. [...]»¹⁴⁵

Por outras palavras, a prudência assegura a um indivíduo a *autákeia*¹⁴⁶. «A *autárkeia* nasce da autonomia, isto é, da situação própria de quem é senhor de si porque obedece à regra de vida que deu a si mesmo. Temos agora todos os elementos para a definição da virtude ética: é uma disposição interior constante que pertence ao gênero das ações voluntárias feitas por escolha deliberada sobre os meios possíveis para alcançar um fim que está ao alcance ou no poder do agente e que é um bem para ele. Sua causa material é o *éthos*¹⁴⁷ do agente, sua causa formal, a natureza racional do agente, sua causa final, o bem do agente, sua causa eficiente, a educação do desejo do agente. É a disposição voluntária e refletida para a ação excelente, tal como praticada pelo homem prudente.»¹⁴⁸

Críticas à ética aristotélica

Neste ponto, depois de toda a matéria dada de Aristóteles, é necessário fazer com que os alunos aprendam a argumentar e a importância desta capacidade.

De acordo com as aprendizagens essenciais, a aprendizagem sobre a argumentação passa por identificar, formular teorias, teses e argumentos filosóficos, aplicando instrumentos operatórios da lógica formal e informal, avaliando criticamente

¹⁴⁴ Ibidem

¹⁴⁵ Ibidem

¹⁴⁶ Liberdade ou independência

¹⁴⁷ Ética

¹⁴⁸ CHAUI, M., (2002), *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*, Vol. 1 2º edição São Paulo: Companhia das letras, p. 455

os seus pontos fortes e fracos. Também deve-se adquirir a capacidade de comparar e avaliar criticamente, pelo confronto de teses e argumentos, todas as teorias dos filósofos apresentados a estudo, como também, determinar as implicações filosóficas e as implicações práticas de uma teoria ou de uma tese filosófica, assumindo assim uma posição pessoal com clareza e rigor, mobilizando os conhecimentos filosóficos e avaliando teses, argumentos e contra-argumentos.¹⁴⁹

Assim, a melhor forma que filosoficamente, a um nível de aprendizagem no ensino secundário, melhorar e agilizar a argumentação, passa por estudar as possíveis críticas ao autor que estamos a estudar, que neste caso se trata da ética das virtudes de Aristóteles.

Tal como os manuais escolares de filosofia, neste ponto vou escolher apenas duas das possíveis críticas a fazer à ética das virtudes.

As críticas que escolhi passam pela crítica à conceção Aristotélica da virtude.

Uma das críticas levantada à teoria Aristotélica das virtudes é acerca do termo de “mediania”. Esta teoria foi uma das componentes mais criticadas na argumentação de Aristóteles, pois não é adequada de maneira igual a todas as virtudes existentes.

Sabemos que «a ideia mais interessante e frutuosa que esta teoria contém é a de que a virtude é uma capacidade que se adquire, por habituação e treino, para lidar com *emoções*. Para nos “tornarmos virtuosos”, a estratégia que a ética aristotélica preconiza não é a erradicação das emoções, um estado de pura *apatheia*¹⁵⁰, mas a sua regulação, de modo a pô-las ao serviço do *logos*¹⁵¹, do pensamento racional, e, por conseguinte, do bem humano. Desde logo, a “substancia” a medir e a regular, de forma a encontrar a boa medida que pressupõe o conceito de “mediania” (*mesotês*), é algo como a *energia emocional*.¹⁵²

A teoria do justo meio, adapta-se de forma satisfatória a virtudes como a moderação, que lida com a capacidade de moderar o desejo, como também com a calma, por assim dizer, do ser humano, enquanto virtude reguladora da emoção da ira. Mas em relação a virtudes como a coragem ou a justiça, este tipo de método não consegue ser aplicado, e, assim, não conseguimos compreender a lógica destas virtudes.

¹⁴⁹ Documento: *Aprendizagens essenciais*, p.3

¹⁵⁰ *Apatheia*, é um estado de espírito alcançado quando uma pessoa está livre de perturbações emocionais. – Equanimidade

¹⁵¹ Razão

¹⁵² Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.175

No caso da coragem, tal como José Manuel Santos referiu: «o acto virtuoso não é a simples regulação das emoções do medo e da confiança de acordo com um “médio” situado algures entre o excesso e o defeito emocional, mas a realização positiva do “bela”, e, na perspectiva de Aristóteles, da *eudaimonia*. O conteúdo da bela ação deverá, portanto, ser determinado por uma reflexão que terá de ter em conta a unidade de toda uma vida, a significação dessa acção nas circunstâncias em que se insere (momento, lugar, intensidade emocional, sujeitos de interação, etc.), e o próprio significado do “bela”, ou seja, do fim que o agente considera dever ser o de uma vida digna de ser vivida. Isto implica um cálculo, por assim dizer, “integral”, no sentido em que deve integrar uma multiplicidade de elementos e premissas, o universal e o particular.»¹⁵³

É devido a este facto, que a partir desta definição global da virtude ética, a virtude do carácter, como a coragem, acaba por ser sujeita, no seu desempenho concreto, de uma virtude intelectual, a prudência, cujo objetivo é a conceção da “regra correta” da ação bela, considerando todos os elementos aludidos.

A segunda crítica, ainda relacionada com a conceção do conceito da virtude aristotélica, passa pela crítica na perspectiva da filosofia moral, segundo a qual, «na medida em que as virtudes éticas são capacidades dirigidas para a condução da vida individual e para a realização da *eudaimonia* numa tal vida, elas nada teriam que ver com “questões morais” no sentido moderno do termo.»¹⁵⁴

Ou seja, a questão moral não incide em ter conhecimento se a pessoa em causa é feliz ou bem-sucedida na prática de um determinado modo de vida, mas sim, em saber se, numa interação, o sujeito está a tratar a outra pessoa de maneira correta ou justa. Numa teoria da virtude, como a de Aristóteles, as questões sobre a relação do sujeito com outros podem, na melhor das situações, ser resolvidas dentro da estrutura de uma teoria da justiça, enquanto para o filósofo a justiça, mesmo sendo ela uma virtude importante, é apenas uma virtude ética entre muitas outras.

¹⁵³ Ibidem

¹⁵⁴ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.176

Conclusão:

Após a divulgação da matéria da ética das virtudes de Aristóteles, podemos concluir que esta percorre os conceitos centrais na estrutura de uma aula de filosofia, a saber: a problematização, a conceptualização e a argumentação. Três competências estruturantes no pensamento filosófico.

Uma das componentes vantajosas da ética das virtudes de Aristóteles, é que nos possibilita a lembrar que a ética não coincide simplesmente com a filosofia moral contemporânea, e que esta não se pode reduzir a uma simples distinção entre ações corretas ou erradas, ou no dever de agir corretamente. É com base na ética de Aristóteles, que nos é possível colocar diversos questionamentos e identificar diversos problemas na conceção contemporânea de moralidade, como uma esfera autónoma da vida do ser humano. Portanto, há uma necessidade de uma visão mais abrangente da ética.

Assim, embora seja impossível, dada à diferença temporal em que nos encontramos dos pensamentos reflexivos a.c , e ao desaparecimento de uma visão de um mundo teológico, de um universo de certa forma ordenado, responder da mesma forma que Aristóteles fez, não é insensato recordar, não só em Aristóteles, mas também em Sócrates , a questão primeira da ética como disciplina singular da filosofia, não é somente a descoberta de um critério ético, tal como Kant e Mill, tentaram desvendar, mas é simplesmente: Como é que devo viver?

A filosofia de Aristóteles salienta o potencial humano, por isso mesmo acho que é uma mais-valia a sua introdução nas aprendizagens essenciais do 10ºano. A educação e os sistemas educativos devem ter a responsabilidade de dar as condições essenciais para o desenvolver ético e cívico. Tal como Platão sugeriu, «ser virtuoso não é simplesmente possuir conhecimento abstrato sobre a natureza da virtude. Em vez disso, trata-se de praticar consistentemente e incorporar hábitos virtuosos nas ações humanas cotidianas.»¹⁵⁵ Assim, como portador de conhecimento, o professor deve transmitir aos seus alunos a importância de cultivar hábitos virtuosos paralelamente à aprendizagem

¹⁵⁵ Retirado de: <https://efdeportes.com/efd155/aristoteles-um-olhar-sobre-a-educacao.htm>

teórica. Ao fazer isso, eles podem equipar os seus alunos com as ferramentas essenciais para enfrentar os desafios da sociedade moderna, enquanto incutem uma base de excelência moral e educacional.

Capítulo 4

Uma possibilidade prática (grelha de planificação – anexo VIII)

- **Fundamentação científica**

Como é de conhecimento geral, a conduta humana é orientada por uma panóplia de juízos que delimitam a sua interpretação da realidade e o valor das suas ações. Os seres humanos são capazes de agir e, avaliar as ações proveniente desse agir, de acordo com um conjunto de valores construídos culturalmente, que determinam, em suma, o que é correto e o que é errado. Deste modo, a ética é responsável pela construção de uma ferramenta de conhecimento para compreender esses conjuntos de valores.

Com a passagem da filosofia naturalista do período pré-socrático para a filosofia antropológica marcada por Sócrates, o conhecimento volta-se para a compreensão das relações humanas e é Aristóteles que traz avanços para o desenvolvimento da ética como uma área própria do conhecimento. Aqui houve a primeira viragem de uma perspectiva filosófica que até então não havia, a ética. Considerada agora uma área da filosofia de cariz único e de importante reflexão. A ética torna-se então uma ciência (ciência prática ou ciência da praxis humana): «A ética é uma ciência prática ou uma ciência da práxis humana, isto é, um saber que tem por objeto a ação. (...) o homem age tendo em vista um fim ou uma finalidade e, portanto, ao agir, atualiza potências para realizar plenamente sua forma» (CHAUI, 2002 p. 440).

Este tipo de finalidade está explícito em todas as ações humanas que tem como finalidade a procura de um “bem”. Neste caso concreto, o caso da ética, o bem a que esta almeja é o “bem” que prepara o homem para a vida na pólis.

Como ciência prática, a ética deve orientar os objetivos a serem alcançados e fornecer os dados para alcançá-los plenamente, ou seja, para alcançar a felicidade.

Aristóteles, de acordo com o primeiro parágrafo da *Ética a Nicômaco*, concebeu a ética como teleológica, voltada para a produção de um bem e para a consecução de determinados fins, vejamos: «Toda a perícia e todo o processo de investigação, do mesmo modo toda a decisão, parecem lançar-se para um certo bem é aquilo por que tudo anseia. Parece, contudo, haver uma diferença entre os fins: uns são, por um lado, as actividades puras; outros, por outro lado, certos produtos que delas resultam além delas: o produto do seu trabalho.» (ARISTÓTELES, Livro I, 1094a1, 2020).

Reconhecemos que Aristóteles interpretou a ética como racional e natural. Assim, quem usa a razão pode tomar decisões certas ou erradas. O homem é ético por natureza, e as virtudes aperfeiçoadas pelo hábito podem ou não se desenvolver a partir das suas ações.

Segundo a filósofa Chauí (2002), Aristóteles entendia a virtude como um hábito adquirido, ou seja, uma vontade constante e duradoura de agir racionalmente de acordo com os padrões humanos, determinados por uma pessoa ponderada. Aqui, a ética tem a propriedade de orientar as pessoas a adquirir hábitos, ou seja, exercer a vontade, para acumular virtude. Podemos observar este pensamento através deste excerto: «A possibilidade de excelência será também dividida em conformidade com esta diferença. Dizemos que umas excelências¹⁵⁶ são teóricas e outras éticas. A sabedoria, o entendimento e a sensatez, são disposições teóricas; a generosidade e a temperança são disposições éticas. Falando do carácter, não dizemos que alguém é sábio ou entendido em determinadas matérias, mas que é gentil ou é temperado. Louvamos, por outro lado, o sábio de acordo com a disposição contemplativa; e em geral chamamos excelências às disposições que são louváveis.» (ARISTÓTELES, Livro I, 1103a1, 2020).

Filosoficamente falando, virtude (*areté*) significa vigor, potencialidade e vitalidade. Segundo Aristóteles, relaciona-se com o funcionamento da alma, ou seja, é a moderação, o equilíbrio entre dois extremos, a que se chama “o justo meio”, sendo esta a medida exata entre abundância e carência. As virtudes podem ser divididas em dois grupos: Dianoética (“conhecimento positivo”), são as excelências intelectuais formadas pela sabedoria e pela prudência. e as excelências éticas ou morais são as alusivas aos instintos, aos desejos e aos modos sensíveis.

Todas as ações humanas visam a atingir um fim. Aristóteles vê o “bem” como o fim último do ser humano, e este fim, chama-se felicidade.: (...) a felicidade é a vida

¹⁵⁶ Com excelências, Aristóteles quis dizer virtudes.

plenamente realizada em sua excelência máxima. Por isso não é alcançável imediata nem definitivamente, mas é um exercício cotidiano que a alma realiza durante toda a vida. A felicidade é, pois, a atualização das potências da alma humana de acordo com sua excelência mais completa, a racionalidade (CHAUÍ, 2002, p. 442).

Na perspectiva do nosso filósofo, ela é entendida como um bem supremo, um bem em si mesmo e algo que é autossuficiente. É uma forma de se aproximar do que é nobre e do que é sagrado. Citando o filósofo: «A felicidade é então o bem supremo, o que há de mais esplendoroso e o que dá mais prazer extremo; estas qualidades não podem ser dissociadas.» (ARISTÓTELES, Livro I, 1099a26, 2020). Aristóteles destaca várias formas de como se pode atingir a felicidade. Muitos o viam como um produto do acaso, uns como o dom de Deus, e outros a sua aquisição advinha pelo estudo, mas o autor assim escreve: «(...) Se o que quer que seja posse dos homens é uma dádiva dos deuses, então é plausível que também a felicidade seja uma dádiva divina. De facto, de todas as coisas humanas é a que mais plausivelmente nos é doada pelos deuses, porquanto é a melhor de todas. Mas esta dificuldade talvez seja mais própria de um outro tipo de investigação. Contudo, parece evidente que, mesmo que não seja enviada por um deus, mas surja através da excelência e de uma certa aprendizagem ou disciplina, é das posses humanas mais divinas que há. De facto, o prémio e o fim, da excelência parecem o supremo bem – ser qualquer coisa de divino e de bem-aventurado» (ARISTÓTELES, Livro I, 1099b12, 2010).

A ética aristotélica começa então por uma questão: *Em que consiste o bem para o homem?* E a sua resposta é: *A felicidade, ou seja, uma atividade da alma em conformidade com a virtude.*

Mas Aristóteles considerava o homem um ser bipartido, tal como o filósofo Kant, ou seja, o homem é dotado de razão e de natureza, isto é, inclinações, inclinações estas irracionais, corpóreas. Como escreve Chauí, o ser humano vive num constante conflito entre o medo racional e o desejo, definido como paixão (páthos), a vontade de substituir a dor pelo prazer: «Por sua naturalidade, ela é o núcleo de nossa vida ética ou feliz; e por sua violência, ela está na origem de todos os vícios humanos. A presença da paixão como um elemento essencial da ação moral faz com que a tarefa da ética seja educar nosso desejo para que não se torne vício e colabore com a ação feita por meio da virtude. Em outras palavras, Aristóteles não expulsa a afetividade, mas busca os meios pelos quais o desejo passional se torne desejo virtuoso (CHAUÍ, 2002 p. 444).

Neste sentido, o desejo surge quando determinado indivíduo é influenciado por fatores externos. Esse desejo é um movimento que representa a dualidade do ser humano: Por um lado, algo que afeta a racionalidade do homem, como os sentimentos e emoções, por outro lado, o carácter que determina como a pessoa se torna virtuosa. A virtude é o comportamento humano mediado pela razão, cabendo à ética orientar a aquisição desse hábito e é capaz de tornar o homem um ser prudente (*phrónimos*).

Do ponto de vista de Aristóteles, os desejos são de cariz neutro, e tornam-se maus se não conseguirem ajustar-se a uma medida racional, ou seja, o filósofo afirma que as pessoas não nascem boas nem más, elas tornam-se boas apenas quando praticam ações consideradas morais. Sendo assim, o homem torna-se ético quando tem a capacidade de escolher entre as coisas boas e úteis, tendo em vista o viver bem. A prudência não é considerada uma ciência ou uma arte, mas é a garantia da autonomia e da autossuficiência do ser humano, que lhe permite ter controlo da sua própria vida, libertando-o, em última análise, da escravização causada pela passividade e pelo excesso de prazer.

Aristóteles apresenta-nos várias hipóteses de como ele considerava que uma vida feliz era: a prática das virtudes, preservar as amizades, cultivar a saúde, ter em moderação bens materiais e conviver na pólis (cidade) discutindo sempre que possíveis temas filosóficos. A prática das virtudes é um dos papéis centrais na sua obra *Ética a Nicómaco*, esta molda o carácter humano e norteia os costumes, alçando os sentimentos e educando os instintos. A virtude relaciona-se com a prática virtuosa, isto é, agir corretamente de forma a agir de uma maneira justa e correta. A felicidade como meta ética é uma atividade anímica correspondente à virtude voltada para o bem coletivo e pessoal. Para ser feliz, uma pessoa deve agir com integridade e pensar em tudo. Só assim, se pode alcançar a coisa mais nobre e alegre do mundo: a *eudáimonia* de Aristóteles.

Ao pensar atualmente nesta vertente filosófica, a ética, não há como ignorar os contributos que Aristóteles deixou para a humanidade. O filósofo construiu uma ideologia de princípios e condutas que direcionam os indivíduos a agirem de uma forma correta com o intuito de construírem um ideal de felicidade baseado no convívio harmonioso da pólis.

A obra de Aristóteles, *ética a Nicómaco*, revela que por meio da prática das virtudes, é possível alcançar a felicidade, tendo assim uma vida estável e ciente. Não podemos viver somente, temos de viver de uma forma plena. Citando Aristóteles: «O valor fundamental da vida depende da perceção e do poder da contemplação ao invés da mera sobrevivência.» (Aristóteles)

- **Fundamentação didático-pedagógica**

Esta possível regência insere-se no módulo II. “A Ação Humana e os Valores. – A dimensão ético-política- análise e compreensão da experiência convivencial (Ética)”, concretamente na subunidade “A necessidade de fundamentação da moral - análise comparativa de duas perspectivas filosóficas”, como outra abordagem ética. Esta planificação surge num contexto de aulas dedicadas a esta unidade, já tendo sido estudada a resposta kantiana e a resposta utilitarista ao problema: “Qual a fundamentação da moralidade da ação?”, ou seja, “Como se pode determinar que uma ação é correta ou errada?” Tendo em consideração a ética deontológica de Kant, a resposta seria que as únicas ações corretas são aquelas realizadas pelo cumprimento do dever, sendo esta a manifestação da vontade boa, vontade conduzida pela razão. Esta resposta vai de contrário à resposta da ética utilitarista, ética em que o que conta para a fundamentação da moralidade das ações, são as consequências das mesmas, ou seja, se de uma ação intencional resultar uma boa consequência, então esta tem valor moral, estas duas éticas, são éticas normativas, ou seja, regem-se por normas, regras de conduta.

A resposta ética a que me proponho é a ética das virtudes, não sendo esta uma ética normativa, ela rege-se pelo desenvolvimento do carácter, da virtude.

Ora chega-se aqui a um impasse: Como introduzir a ética das virtudes, ou seja, a ética de Aristóteles, neste contexto?

A minha proposta passa por, muito resumidamente, dar um deslumbre da ética Aristotélica, abordando também a sua componente histórica.

Primeiramente, depois de resumir as éticas normativas que abordamos nas aulas anteriores, a partir de um mapa conceptual (Anexo I), questionava os alunos: Digam-me, é possível conseguirmos optar somente por uma ética ou por outra? O que pensam das duas éticas normativas? Acham-nas suficientes para estabelecerem uma resposta válida ao problema inicial?

Depois de um pequeno debate, a partir de um diálogo orientado, pretendo expor uma pequena experiência mental.

A experiência do elétrico (Anexo II):

«Um elétrico está correndo pelos trilhos e está fora de controle. Se continuar o seu curso e não for desviado, ele passará por cima de cinco pessoas que foram amarradas aos trilhos. Tens a hipótese de desviá-lo para outra pista simplesmente puxando uma alavanca. Se fizeres isso, no entanto, o trem vai matar um homem que por acaso está parado nesta outra pista. O que deverias fazer?»¹⁵⁷

Qual a resposta de Kant e a resposta de Mill?

A resposta kantiana é: Kant, não intervinha na ação. Pois ia de acordo o seu imperativo, ou seja, “Não matar”, independentemente de puxar a alavanca ou não, irá sempre causar a morte de indivíduos. Por isso Kant nem se quer se proponha agir nesse caso.

A resposta de Utilitarista é: Deve-se puxar a alavanca, pois o fazendo, salvaria 5 pessoas em vez de salvar 1, ou seja, a consequência da ação era melhor do que salvar somente uma vida, condenando 5 à morte.

Faz-se outra questão: Acham então que estas éticas normativas são suficientes como resposta ao problema inicial?

Depois do debate, apresentarei uma resposta da filósofa que desenvolveu este dilema com vista a retorquir a perspectiva utilitarista: Phillipa Foot.

O pensamento ético da filósofa não vai de encontro à ética utilitarista, nem à ética deontológica, mas sim à ética das virtudes de Aristóteles.

A ética deve orientar os objetivos a serem alcançados e fornecer os dados para alcançá-los plenamente, ou seja, para alcançar a felicidade. Aristóteles, de acordo com o primeiro parágrafo da *Ética a Nicômaco*, concebeu a ética como teleológica, voltada para a produção de um bem e para a consecução de determinados fins.

Assim, apresentarei, para análise de texto, o primeiro parágrafo da obra de Aristóteles. (Anexo III)

As questões para análise de texto são:

O que é que Aristóteles pretende ao afirmar que “(...) toda a decisão, parece lançar-se para um certo bem (...)”? A resposta esperada é: Agimos em prol de um fim.

¹⁵⁷ <https://filosofianaescola.com/moral/dilema-do-trem/>

Apresentarei que o fim para Aristóteles é a felicidade e que esta é a vida plenamente realizada em sua excelência máxima. Por isso não é alcançável imediata nem definitivamente, mas é um exercício cotidiano que a alma realiza durante toda a vida. (CHAUÍ, 2002, p. 442)

Parece-nos que há alguma semelhança com a alguma ética que estudamos. Qual?
Resposta esperada: ética utilitarista.

Mas podemos afirmar que o conceito de felicidade é igual em ambos os casos?

Vejam: A felicidade é, para Aristóteles, a atualização das potências da alma humana, ou seja, das nossas virtudes, de acordo com sua excelência mais completa, a racionalidade (CHAUÍ, 2002, p. 442)

Qual a diferença do conceito de felicidade em Aristóteles e em Mill?

Resposta esperada: Em Mill a felicidade é o prazer, e a ausência de dor, contrariamente a Aristóteles que é o constante aprimoramento da nossa alma conforme a virtude, a partir da nossa racionalidade.

Repare-se que os dois conceitos são muito diferentes entre si.

Veremos seguidamente um pequeno excerto do filme “Alexandre” (Anexo IV)

Com este excerto pretendo que os alunos consigam chegar à teoria Aristotélica, com base no pequeno vídeo e explicação já dada anteriormente, ao identificar as características do pensamento Aristotélico, no diálogo com os seus alunos, Aristóteles diz “*as coisas em excesso destroem o homem*” e “*exercitamos o controle dos nossos sentidos – moderação é o que esperamos*”. Estas premissas demonstram a via para atingir a felicidade e o bem comum: o povo ateniense, é superior ao povo persa, pois age de forma virtuosa.

Mas o que é a virtude? Depois de levantada a resposta dos estudantes, definirei o conceito a partir de um excerto da *Ética a Nicómaco* de Aristóteles: «o conceito de virtude refere-se, por conseguinte, a qualidades ou propriedades do sujeito relativas ao agir, por oposição a qualidades, por assim dizer, estáticas como, por exemplo, a cor, a dimensão, o aspeto, etc., e consideradas boas. Uma virtude é uma capacidade performativa, a capacidade de executar determinados atos de maneira excelente. [...] As virtudes propriamente humanas são as da alma.»¹⁵⁸

Após conceptualizar o conceito de virtude, partiremos para a definição de virtudes éticas, onde exporei as diferentes virtudes (anexo V) que Aristóteles alude na sua obra.

¹⁵⁸ Santos, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta, p.-154-155

Após esta análise, iremos recorrer a vários exemplos contemporâneos para as distinguir e chegar ao conceito de justo meio, através do diálogo-orientado. O diálogo orientado em filosofia é de extrema importância. O diálogo serve para o processo de busca da verdade através de perguntas e respostas. «Só o ser humano consegue dialogar, o que faz do diálogo uma característica própria e única do ser humano. A capacidade de se dirigir e de responder ao outro, como igual, estabelecendo assim uma relação, e o comunicar com o outro através da linguagem permite o acesso ao pensamento e à representação. O diálogo é a troca de ideias e é onde se formam também algumas ideias. O diálogo pressupõe a reciprocidade existencial e esta pressupõe a diferença e a semelhança, já que é devido à diferença que se pode enriquecer com a comunicação. O diálogo alarga os horizontes da exigência do pensamento, pois para se responder e argumentar as ideias tem de se fazer uso do raciocínio.»¹⁵⁹

Para concluir estes pontos, recorrerei a exercícios para consolidação da matéria dada (anexo V), onde individualmente os farão num determinado tempo, 7 min, e debateremos em aula as respostas dadas.

Por fim, debateremos o conceito de prudência, a virtude essencial para Aristóteles.

Para este fim, é necessário promover uma discussão sobre alguns casos hipotéticos ou situações do quotidiano que exijam prudência para tomar a decisão correta. Incentivando assim os alunos a refletirem sobre diferentes perspetivas.

Assim, pedirei aos estudantes que reflitam sobre as suas próprias experiências pessoais, identificando os momentos em que demonstraram prudência ou falta dela nas suas escolhas individuais.

É necessário enfatizar a relevância de agir com prudência, além de que é essencial a conceptualização deste conceito para perceber melhor a teoria ética Aristotélica.

Por fim, acabarei a aula fazendo uma breve síntese do que foi dado até então (Anexo V).

A planificação desta regência foi estruturada tendo por base, principalmente, as seguintes áreas de competências:

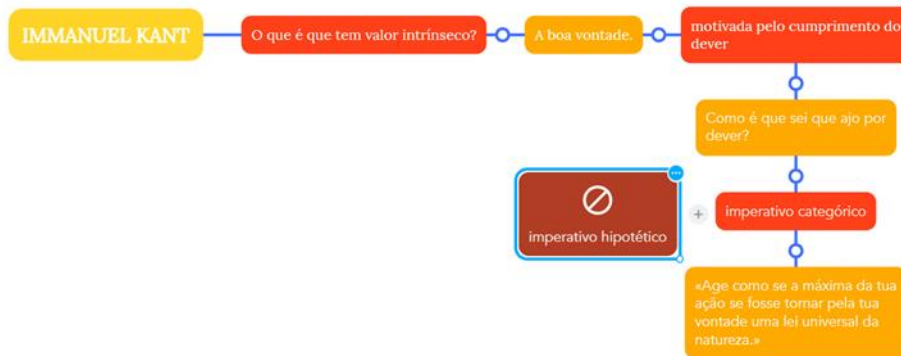
- Linguagens e textos (A)
- Informação e comunicação (B)
- Raciocínio e resolução de problemas (C)
- Pensamento crítico e pensamento criativo (D)

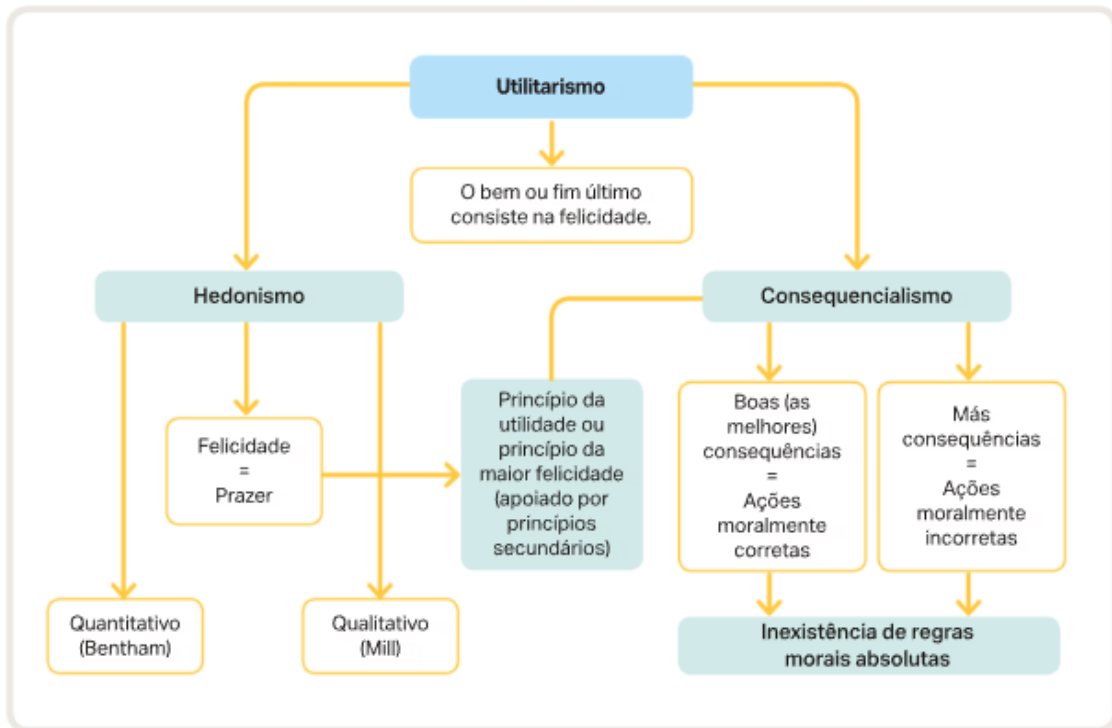
¹⁵⁹ [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$dialogo-\(filosofia\)](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$dialogo-(filosofia))

- Desenvolvimento pessoal e autónomo (F)
- Saber científico, técnico e tecnológico (I)

Anexos:

Anexo I





Anexo II

A experiência do elétrico:

«Um elétrico está correndo pelos trilhos e está fora de controle. Se continuar o seu curso e não for desviado, ele passará por cima de cinco pessoas que foram amarradas aos trilhos. Tens a hipótese de desviá-lo para outra pista simplesmente puxando uma alavanca. Se fizeres isso, no entanto, o trem vai matar um homem que por acaso está parado nesta outra pista. O que deverias fazer?»¹⁶⁰

¹⁶⁰ <https://filosofianaescola.com/moral/dilema-do-trem/>

Anexo III – Excerto da ética das virtudes de Aristóteles:

«Toda a perícia e todo o processo de investigação, do mesmo modo toda a decisão, parecem lançar-se para um certo bem é aquilo por que tudo anseia.» (ARISTÓTELES, Livro I, 1094a1, 2020).

Anexo IV



Anexo V

VIRTUDES ÉTICAS SEGUNDO ARISTÓTELES			
EMOÇÃO (<i>pathos</i>) ou ESFERA DE AÇÃO	VIRTUDE <i>aretê</i>	1.º VÍCIO: Por excesso 1.ª <i>kakia</i>	2.º VÍCIO: Por defeito 2.ª <i>kakia</i>
<i>phobos</i> , medo <i>tharsos</i> , confiança, segurança	<i>andreia</i> coragem	<i>thrasythês</i> temeridade	<i>deilia</i> cobardia
<i>hedonê</i> / <i>lupê</i> Uso do prazer	<i>sôphrosymê</i> temperança, moderação	<i>akolasia</i> intemperança	<i>anaesthesia</i> insensibilidade (ao prazer)
Dar e receber dinheiro ou bens (no quotidiano)	<i>eleutheriotês</i> generosidade, liberalidade	<i>asôtia</i> prodigalidade, desperdício	<i>aneleutheria</i> avareza, sovinice
Dar e receber dinheiro ou bens (grandes oca- sões), uso da riqueza	<i>megalopropcia</i> magnificência	<i>apeirokalia kai</i> <i>banausia</i> exibicionismo de mau gosto	<i>mikropropcia</i> mesquinhez, sovinice
<i>timê</i> / <i>atimia</i> honra e desonra em coi- sas grandes	<i>megalopsychia</i> grandeza de alma, mag- nanimidade	<i>chaunotês</i> vaidade, fanfarronice	<i>mikropsychia</i> pusilanimidade, falsa modéstia
<i>timê</i> / <i>atimia</i> honra e desonra em coi- sas menores	virtude sem nome	<i>philotimia</i> ambição (excessiva)	<i>aphilotimia</i> falta de ambição, indiferença
<i>orgê</i> cólera, ira	<i>praotês</i> calma, docilidade	<i>orgilotês</i> raiva	<i>aorgêsia</i> fraqueza
<i>to alêthes</i> verdadeiro – Relação com a verdade	<i>alêtheia</i> veracidade sinceridade	<i>alazoneia</i> gabarolice	<i>eirôneia</i> ironia, duplicidade, hipocrisia, falsa modéstia, falsa inocência
– Relações interpessoais sociais	<i>eutrapelia</i> , sociabilidade, simpatia <i>epidexiotês</i> , tacto	<i>bômolochia</i> ser engraçadinho, ser palhaço	<i>agroikia</i> rusticidade (do <i>agroikos</i> , camponês), grosseria, incivilidade
– Relações interpessoais com próximos	<i>philia</i> amistosidade, amabilidade, amizade	<i>aveskeia</i> adulação, <i>kolakeia</i> lisonja, bajulação	<i>aphilia</i> conflituosidade
<i>aidôs</i> vergonha (emoção)	<i>aidôs</i> reserva, modéstia, vergonha (virtude)	<i>kataplexis</i> timidez	<i>anaischyntia</i> desvergonha, impudência
Contentamento ou tris- teza por bens ou males de outrem	<i>nemesis</i> indignação	<i>phthonos</i> inveja	<i>epichairekakia</i> contentamento pela des- graça alheia. Alemão: <i>Schadenfreude</i> ⁵³
– Relações interpessoais: partilha de bens, contra- tos, violência	<i>dikaiousunê</i> justiça	<i>adikia</i> injustiça tipo A: <i>kedros</i> ganância	<i>adikia</i> , injustiça tipo B: <i>zêmia</i> desinteresse

Anexo VI – Exercícios

Anexo V – Exercícios

a) Explica o conceito de eudaimonia em Aristóteles.

A eudaimonia significa felicidade. Para Aristóteles o fim último do homem e o bem supremo encontra-se na felicidade.

b) Explica o conceito da ética das virtudes de Aristóteles.

É uma teoria que se concentra no desenvolvimento das virtudes como forma de alcançar a eudaimonia.

c) Como é que as virtudes éticas são cultivadas de acordo a ética Aristotélica?

Através do processo do hábito e da prática de ações virtuosas. Argumentava que a realização das virtudes tem como objetivo encontrar o justo meio entre dois extremos. Exemplo: a coragem é o justo meio da covardia e da temeridade.

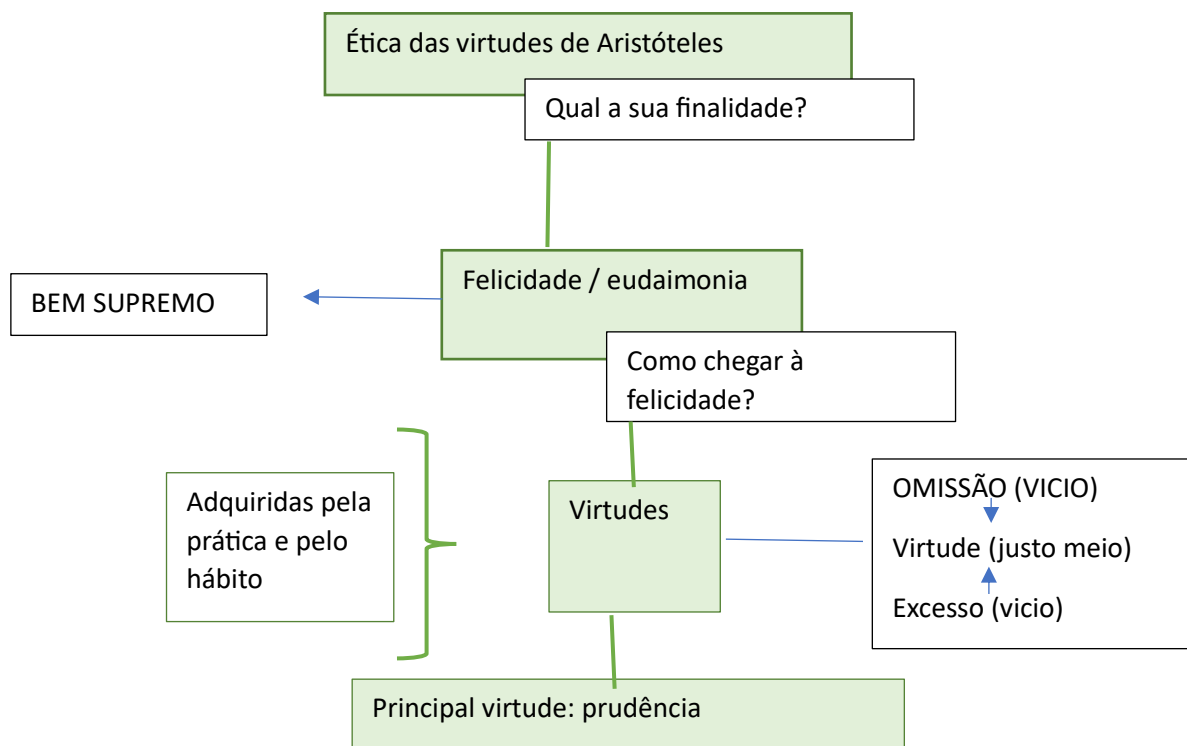
d) Qual o objetivo da ética de Aristóteles?»?

É alcançar a eudaimonia, vivendo de acordo com a nossa razão.

e) Como é que a ética das virtudes de Aristóteles se diferencia da ética de John Stuart Mill?

Aristóteles concentra-se no carácter do homem e nas ações do indivíduo, em oposição ao dever, ou as consequências das ações do mesmo. Enquanto o utilitarismo procura maximizar o bem-estar geral, a ética de Aristóteles enfatiza o desenvolvimento pessoal e moral do indivíduo. Além de que o utilitarismo é baseado em regras objetivas, enquanto na ética das virtudes à necessidade de discernimento e da prudência nas ações individuais.

Anexo VII



Anexo VIII

Grelha de avaliação

Disciplina: Filosofia		
Ano de Escolaridade: 10º ano		Turma: 10 ° G
Módulo II: A AÇÃO HUMANA E OS VALORES		Sumário:
Unidade: A dimensão ético-política - análise e compreensão da experiência convivencial [Ética]		A perspectiva ética de Aristóteles – ética das virtudes: conceitos principais.
Subunidade: A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de três perspectivas filosóficas. <ul style="list-style-type: none"> • A ética das virtudes de Aristóteles 		
Data: 15 de maio de 2023	Duração: 100 minutos	Regência N° 18
Objetivos (A, B, C, D, G)		
Gerais: A ética das virtudes de Aristóteles: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Bem, fim, felicidade (eudaimonia) ▪ O conceito de Virtude e as virtudes éticas; ▪ O Carácter e o Justo meio ▪ Prudência 		Específicos: <ul style="list-style-type: none"> • Problematizar a ética na perspectiva Aristotélica, visto que diferentemente de Kant e Mill, Aristóteles não procura um critério ético da moralidade da ação. • Explicar o conceito de eudaimonia e a sua importância na ética das virtudes de Aristóteles. • Distinguir o conceito de felicidade de Aristóteles e o conceito de felicidade em Stuart Mill • Explicar a importância da referência à ética Aristotélica e a sua necessidade.

		<ul style="list-style-type: none"> • Conceptualizar os principais conceitos na ética das virtudes: carácter, justo meio, prudência. • Argumentar como é que a ética das virtudes responde a diferentes dilemas ou problemas éticos da atualidade. 		
Conceitos-chave: ética das virtudes, eudaimonia, virtude, virtudes éticas, carácter, prudência				
Temas	Conteúdos	Objetivos/Competências	Estratégias/Recursos	Avaliação
<p>A formulação do problema ético para Aristóteles:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como é que nos podemos tornar “bons”? 	<ul style="list-style-type: none"> • Bem, fim, felicidade (eudaimonia) • O conceito de Virtude e as virtudes éticas; • O Carácter e o Justo meio • Prudência 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar os conceitos principais da ética das virtudes de Aristóteles: eudaimonia, bem, fim, virtudes, virtudes éticas, prudência, carácter. • Debater sobre a importância na cultura das virtudes e conceptualizar as principais virtudes que podemos desenvolver em sociedade. • Explorar exemplos de situações éticas atuais e debater sobre qual 	<p>Combinação de exposição-oral com estratégia de diálogo-orientado</p> <p>Vídeo sobre um diálogo de Aristóteles com os seus discípulos</p>	<p>Avaliação dos alunos no decurso de aula através da participação, da qualidade e adequação das respostas dadas e a fluência e o rigor conceptual, a partir de um esquema síntese feito ao longo da aula</p>

		<p>seria a ação virtuosa nesses casos.</p>	<p>Construção e interpretação de um esquema que evidencia a síntese da matéria dada até à data</p> <p>Experiência mental para evidenciar o pensamento ético Aristotélico</p> <p>Vídeo e apresentação para evidenciar o pensamento filosófico de Aristóteles</p>	<p>Discussão, a partir do diálogo orientado, de uma experiência mental</p> <p>Exercícios PPT</p> <p>Questão / problema para contrastar as três teorias éticas em questão</p>
--	--	--	---	--

Bibliografia:

ALMEIDA, A., Teixeira, C., MURCHO, D., Mateus, P., GALVÃO, P. (2008), *A Arte de pensar – Filosofia 10º ano, Volume 1*, Lisboa, Plátano editora

AMEIRO, J., (2001), *Iniciação à atividade Filosófica, Renovar o ensino de filosofia*, Lisboa, Gradiva

ARISTÓTELES, (2020), *Ética a Nicómaco tradução António de Castro Caeiro*, Lisboa: QUETZAL textos clássicos

BOAVIDA, J., (2010), *Educação filosófica, Sete ensaios*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra

CADILHA S., MARCELO G., *ÉTICA, MORAL E VIRTUDES: ANSCOMBE E RICCEUR, LEITORES DE ARISTÓTELES*, *Ética & Política / Ethics & Politics*, XXIII, 2021, retirado de: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/118069/1/CADILHAMARCELO.pdf>

CHALITA, Gabriel. *Os dez mandamentos da ética*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

CHAUÍ, M., (2002), *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*, Vol. 1 2ª edição São Paulo: Companhia das letras

COVEY, Stephen R. *Os sete hábitos das pessoas altamente eficazes*. 26 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2004.

Dicionário filosófico de Aires de Almeida: <https://criticanarede.com/c.html>

Documento: *Aprendizagens essenciais de Filosofia – 10ºano*

Documento: *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, <https://afc.dge.mec.pt/projeto-maia-introducao>

Educação, D.-G. d. (s.d.). *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*

FARIA, D., *O método Socrático no Ensino da Filosofia*, em MANSO, A. (coord.), 2016

FARIA, D., VERÍSSIMO, L., (2020), *EXAME Filosofia – 11ºano*, Leya Educação, Lisboa

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOLEMAN, D. (1995), *Inteligência Emocional*, Lisboa, Temas e Debates

GÓMEZ, Emiliano 2005. *Liderança ética: um desafio do nosso tempo*. São Paulo: Planeta do Brasil.

Kant, I., (2020), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, textos filosóficos, Introdução de Pedro Galvão, Lisboa: edições 70

KOFMAN, Fredy. *Metamanagement: o sucesso além do sucesso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MANSO, A., (2014), *A disciplina de filosofia no atual contexto curricular do ensino secundário em Portugal*, Editora: [Universidade do Minho. Centro de Investigação em Educação](#)

MEDEIROS, E., (2006), *Educar, Comunicar e Ser*, ed. João Azevedo, editor Mirandela Retirado de: <http://www.ifil.org/Biblioteca/mance.htm>

Mill, J. S., *A liberdade – utilitarismo*, 2000, Editora: Martins Fontes

MILL, S., (2004) *Utilitarismo, Tradução, apresentação e guião analítico de Luís Lourenço*, Lisboa: Lisboa editora

MORGAN, Gareth. *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas, 1996.

MURCHO, Desidério, *A Natureza da Filosofia e o seu Ensino*, 2002, Lisboa: Plátano

PAVIANI, J., *A função pedagógica da ética em Aristóteles*, *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, jan./abr. 2012, retirado de: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84823352011.pdf>

Programa de filosofia de 10º e 11º ano: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/filosofia_10_11.pdf

RIBEIRO, I., (1998), *Filosofia e Ensino Secundário em Portugal* em *Filosofia*, vol. 15-16, Porto, Faculdade de Letras das Universidade do Porto

ROHDEN, Huberto. *Educação do Homem Integral*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SANTOS, J., M., (2012) *Introdução à ética*, Lisboa: Documenta

SAVIANI, D., (1996), *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, Coleção educação contemporânea – 11º Edição- Editora Autores Associados, <https://www.academia.edu/23559950/EDUCA>

SEVERINO, A.J., *A filosofia na formação do jovem e resignificação de sua experiência existencial*, artigo p.2, retirado de: <https://filosofiapidufabc.files.wordpress.com/2011/09/severino.pdf>

WARBURTON, N., (2007), *Elementos básicos de filosofia*, Lisboa: Gradiva – publicações, Lda

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

XAVIER, J.A.V., (1998), *os atuais programas de Filosofia: receptividade e apropriação*, em HENRIQUES, F., *Os Atuais Programas de Filosofia do Secundário – Balanço e Perspetivas*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.